

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO 2025

Análise de Conformidade e Atividades Realizadas

SUMÁRIO

Apresentação.....	3
1. Análise do desempenho fiscal	7
1.1 Execução Orçamentária	7
1.2 Receitas	8
1.2.1 Receita de Dívida Ativa	12
1.3 Despesas	15
1.4 Receitas X Despesas	19
1.5 Restos a Pagar	22
1.6 Resultado Primário	25
1.7 Resultado Nominal	27
2. Limites constitucionais.....	28
2.1 Receita Corrente Líquida	28
2.2 Despesas com Pessoal	30
2.3 Evolução da Dívida e Limites	32
2.4 Operações de Crédito	33
2.5 Análise do Artigo 167-A da CF	34
2.6 Análise dos Duodécimos.....	35
2.7 Aplicação dos Recursos em Saúde	36
2.8 Aplicação dos Recursos em Ensino.....	37
2.9 Aplicação dos Recursos no FUNDEB	40
2.10 Acompanhamento da Regularidade Fiscal e Cumprimento das Obrigações do Sistema AUDESP	41
2.11 Relatório de Alertas TCESP	44
3. Atividades de Controle Interno.....	46
3.1 Atividades de Auditoria e Monitoramento	46
3.2 Atividades de Apoio	54
4. Resumo dos principais indicadores	62
5. Resumo dos Principais Pontos de Atenção e Recomendações.....	64
Considerações Finais.....	66

Apresentação

O Sistema de Controle Interno (SCI) do Município tem por finalidade a realização de atividades de fiscalização e de orientação destinadas à correta aplicação dos recursos públicos. Por meio de seu Órgão Central, deve emitir relatórios para ciência do Chefe do Poder Executivo, apresentando os resultados da execução operacional, orçamentária, financeira e patrimonial do município.

O presente Relatório de Controle Interno – RCI, tem por objetivo avaliar a execução orçamentária e financeira do município em cumprimento à legislação pertinente, referente ao 3º quadrimestre de 2025, em consonância com o Plano Operativo Anual aprovado, de modo a oferecer melhores condições para a tomada de decisão da alta administração a fim de que os objetivos estratégicos do município sejam alcançados.

Com o fito de avaliar a execução orçamentária da Administração Direta e Indireta de Piracicaba, o Relatório traz um resumo das receitas e despesas aferidas, o resultado primário e nominal obtido no exercício de 2025, bem como o acompanhamento de limites constitucionais pertinentes, como Despesa com Pessoal, aplicação dos recursos próprios em Saúde e Educação (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Fundeb), entre outros, após o fechamento contábil do mês 14 realizado em março de 2026.

Este Relatório traz ainda um acompanhamento da regularidade fiscal e cumprimento das obrigações do sistema AUDESP e os principais apontamentos dos Relatórios de Alerta realizados pelo Tribunal de Contas à Prefeitura no 3º Quadrimestre de 2025.

Por fim, a última seção traz um levantamento das atividades realizadas pelo Controle Interno em consonância com o Plano Operativo Anual estabelecido para 2025.

Sobre o Controle Interno: Panorama Geral

O **Sistema de Controle Interno de Piracicaba** foi estruturado conforme as diretrizes do **Decreto Municipal nº 19.291**, de 21 de outubro de 2022. Atualmente, a Coordenadoria Geral é composta por três servidores públicos efetivos (dois membros e um Coordenador), com formação técnica em Ciências Contábeis e Econômicas. O trabalho da unidade fundamenta-se em um Plano Operativo Anual e conta com o suporte estratégico da Secretaria de Finanças e sistema informatizado para auxílio no desenvolvimento dos relatórios, além do apoio técnico dos Controles Internos Administrativos - servidores designados em cada Secretaria para atuar como interlocutores e apoio local às demandas da Coordenadoria.

Atividades e Escopo de Atuação

As frentes de trabalho seguem um **Plano Operativo Anual**, destacando-se as seguintes entregas:

- **Acompanhamento e Monitoramento:** Emissão de relatórios de conformidade fiscal mensais e Relatórios de Controle Interno quadrimestrais.
- **Interface com o TCESP:** Acompanhamento em fiscalizações *in loco*, atendimento a requisições documentais e disseminação de comunicados e capacitações do Tribunal.
- **Gestão de Indicadores:** Auxílio no preenchimento e validação de dados para o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M).
- **Auditoria e Consultoria:** Análise de processos por amostragem e prestação de orientações técnicas às Secretarias Municipais.

Limitações Operacionais e Diagnóstico de Riscos

Apesar do suporte tecnológico e do apoio institucional da Secretaria de Finanças, a unidade enfrenta barreiras que impactam a amplitude das fiscalizações:

- **Capacidade Consultiva vs. Operacional:** O atual contingente de três servidoras para toda a estrutura municipal limita a profundidade e a frequência das auditorias.
- **Lacunas de Processos:** A ausência de procedimentos padronizados e de um mapeamento de riscos em diversos setores dificulta a implementação de controles preventivos eficazes.
- **Canais de Denúncia:** A inexistência de uma Ouvidoria Geral estruturada restringe a identificação de vulnerabilidades. Atualmente, a matriz de riscos baseia-se predominantemente nos apontamentos do TCESP, monitoramento de mídia e demandas pontuais das Pastas.

Desafios Estratégicos e Perspectivas para 2026

Para o fortalecimento da governança municipal e garantia da conformidade institucional, o Controle Interno elenca as seguintes prioridades:

Fortalecimento Institucional

O principal desafio reside na **necessidade de regulamentação via Lei Municipal**, visando consolidar o vínculo direto ao Chefe do Poder Executivo. Essa medida permitirá a criação de cargos e funções com remuneração condizente às responsabilidades e riscos intrínsecos à atividade de auditoria governamental.

Capacitação e Melhoria Contínua

Mesmo diante das limitações, a equipe mantém o compromisso com a excelência e atualização técnica. Para 2026, o planejamento prevê intensificar a participação em cursos especializados em auditoria governamental, visando aprimorar as rotinas de fiscalização e uma atuação cada vez mais preventiva e eficiente na gestão dos recursos públicos.

Seção I

ANÁLISE E CONFORMIDADE

Acompanhamento do cumprimento das exigibilidades emanadas pela Lei Fiscal e Constitucional, e monitoramento concernente à transparência e ao acompanhamento da execução do orçamento

1. Análise do desempenho fiscal

Para elaboração das análises do presente relatório foram utilizadas informações extraídas dos balancetes conta contábil e conta corrente dos arquivos XMLs gerados pelo sistema de contabilidade do município.

Os dados apurados para elaboração dos demonstrativos podem sofrer alterações em face de eventuais ajustes contábeis; nessa hipótese, tais modificações serão consignadas no próximo RCI.

1.1 Execução Orçamentária

O resumo do balanço orçamentário consolidado do município está apresentado na tabela 01, na qual demonstram-se a previsão inicial, e as receitas realizadas e despesas empenhadas apuradas no exercício de 2025.

Tabela 01 - Balanço Orçamentário Resumido

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial Anual 2025	Receitas Realizadas até Dezembro/2025	% Receita Realizada
1 - Receitas Correntes	3.078.712.000,00	3.237.899.325,72	105,17%
2 - Receitas de Capital	183.205.000,00	87.650.676,39	47,84%
7 - Receitas Intra Orçamentárias	99.894.000,00	102.433.776,43	102,54%
Total das Receitas Orçamentárias (I)	3.361.811.000,00	3.427.983.778,54	101,97%
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial Anual 2025	Despesas Empenhadas até Dezembro/2025	% Despesa Executada
3 - Despesas Correntes	2.914.589.200,00	2.891.943.026,86	99,22%
4 - Despesas de Capital	281.917.300,00	203.220.033,69	72,08%
9 - Reserva de Contingência	59.810.000,00	0,00	0,00%
7 - Despesas Intra Orçamentárias	105.494.500,00	102.482.971,17	97,15%
Total das Despesas Orçamentárias (II)	3.361.811.000,00	3.197.646.031,72	95,12%
Resultado da Execução Orçamentária	Déficit / Superávit (III) = (I)-(II)		230.337.746,82

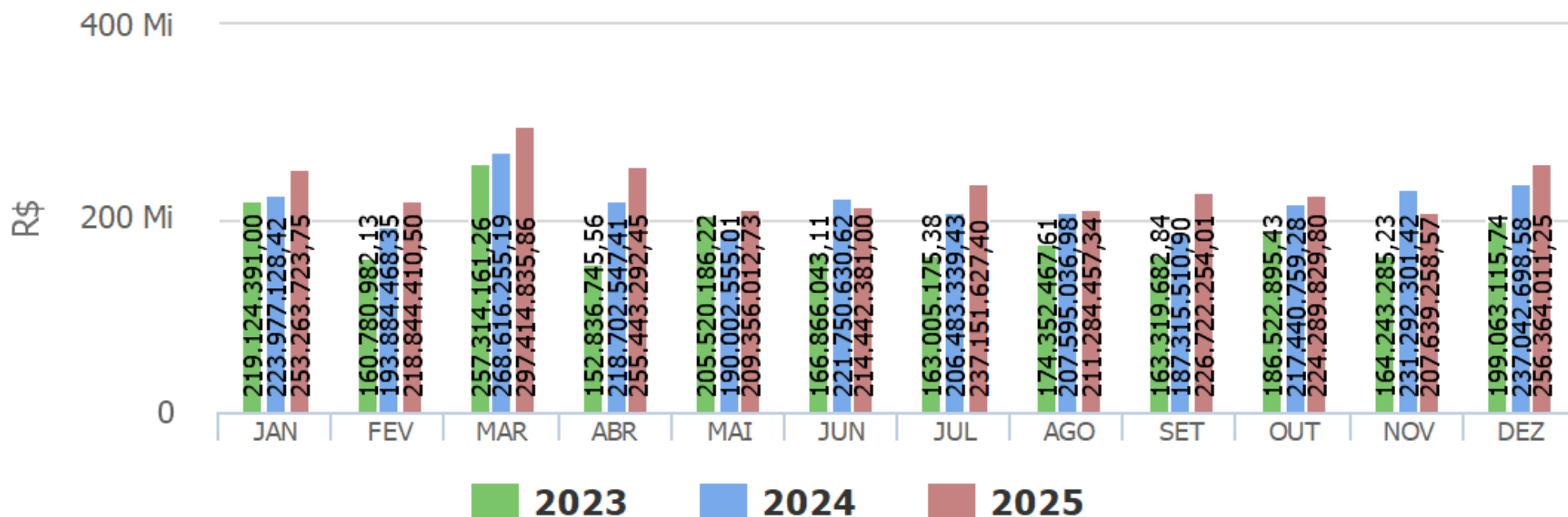
Fonte: DimRel

No período apurado, considerando os **dados consolidados** do município, ocorreu um **superávit** orçamentário de **R\$ 230.337.746,82**.

A seguir, apresentamos dados detalhados das principais receitas e despesas da Prefeitura no **exercício de 2025**.

1.2 Receitas

O gráfico a seguir, demonstra a evolução mensal das Receitas Arrecadadas pela Prefeitura (Administração Direta + Fundos) nos últimos 3 exercícios:



A Receita realizada pela Prefeitura (Administração Direta + Fundos) até o mês de dezembro de 2025, totalizou o montante de **R\$ 2.812.216.094,66**, configurando um crescimento de **7,99%** em comparação com a arrecadação do mesmo período do ano anterior. A Tabela 02 apresenta a evolução das principais receitas realizadas ao longo do exercício de 2025 em comparação com o arrecadado ao final do exercício de 2024, demonstrando o crescimento em termos monetários e percentuais de um ano para o outro.

Tabela 02 – Principais Receitas da Prefeitura

Principais Receitas	Arrecadado até Dezembro/2024 (a)	Previsto até Dezembro/2025 (b)	Arrecadado até Dezembro/2025 (c)	Crescimento/ Queda			
				Previsto x Arrecadado em 2025 (c-b)	%	Arrecadado 2024/2025 (c-a)	%
IPTU	184.361.981,66	196.365.000,00	195.388.738,21	-976.261,79	-0,50%	11.026.756,55	5,98%
ISS	380.175.482,54	424.394.000,00	383.489.504,23	-40.904.495,77	-9,64%	3.314.021,69	0,87%
FUNDEB	271.954.541,26	286.648.000,00	286.834.772,69	186.772,69	0,07%	14.880.231,43	5,47%
FPM*	116.861.342,03	129.054.000,00	129.248.128,64	194.128,64	0,15%	12.386.786,61	10,60%
ICMS*	554.946.411,35	606.284.000,00	627.288.040,67	21.004.040,67	3,46%	72.341.629,32	13,04%
IPVA*	139.512.365,65	148.476.000,00	150.873.486,76	2.397.486,76	1,61%	11.361.121,11	8,14%
ITBI	81.436.688,74	82.287.000,00	85.286.689,00	2.999.689,00	3,65%	3.850.000,26	4,73%
IRRF - Outros Rendimentos	87.436.221,20	69.068.000,00	90.444.953,04	21.376.953,04	30,95%	3.008.731,84	3,44%
IRRF - Trabalho	64.589.604,59	67.420.000,00	62.669.273,30	-4.750.726,70	-7,05%	-1.920.331,29	-2,97%
Demais Receitas Correntes	652.276.442,77	627.082.000,00	719.739.442,47	92.657.442,47	14,78%	67.462.999,70	10,34%
Receita De Capital	70.552.149,80	94.402.000,00	80.953.065,65	-13.448.934,35	-14,25%	10.400.915,85	14,74%
Total das Receitas	2.604.103.231,59	2.731.480.000,00	2.812.216.094,66	80.736.094,66	2,96%	R\$ 208.112.863,07	7,99%

*Valores apresentados já com dedução para formação do FUNDEB

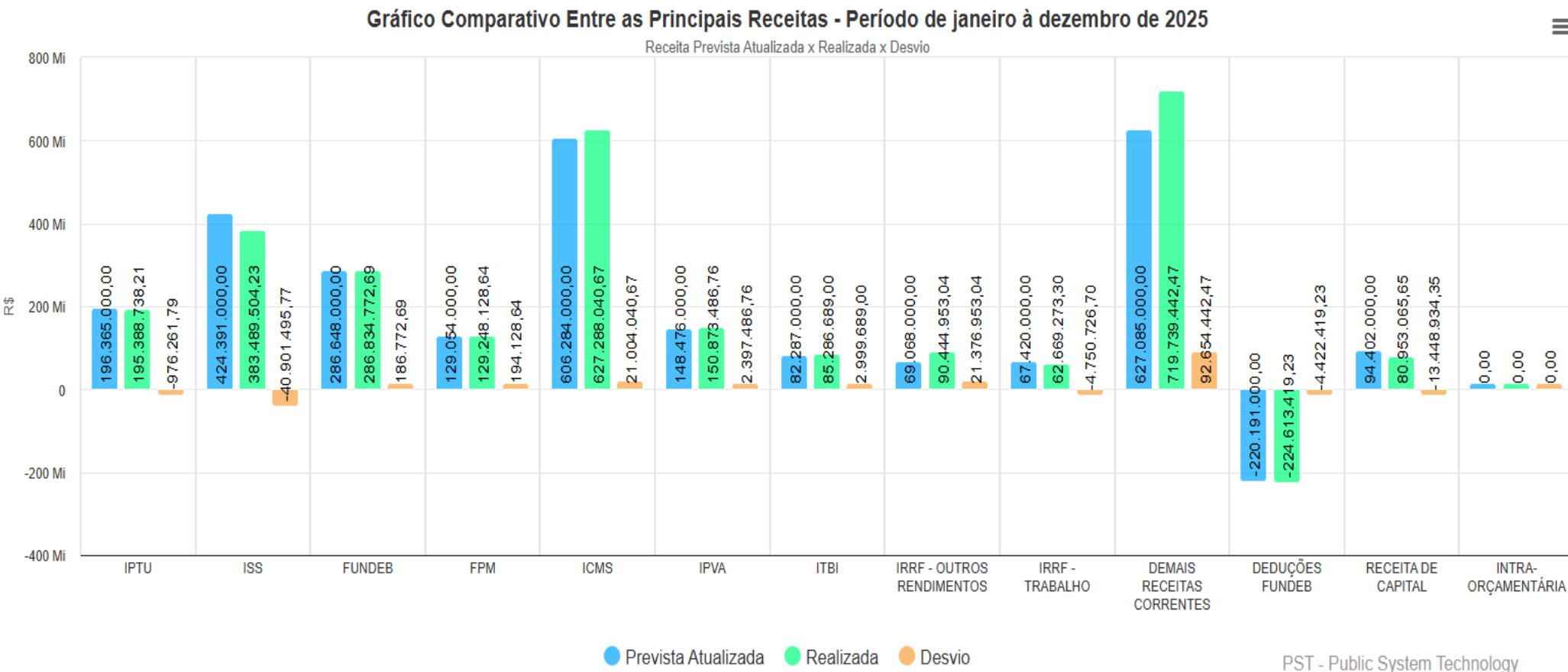
No que se refere à arrecadação das receitas correntes elencadas, o **ICMS** apresentou o desempenho mais expressivo em termos percentuais, com uma alta de **13,04%** em relação ao exercício anterior, seguido pelo **FPM (10,60%)** e pelo **IPVA (8,14%)**. Sob o aspecto monetário, o crescimento mais significativo concentrou-se no **ICMS** e no **FUNDEB**, que registraram incrementos de aproximadamente R\$ 72,3 milhões e R\$ 14,9 milhões, respectivamente.

Em relação às **Receitas de Capital**, houve ingresso de **R\$ 80.953.065,65**, representando uma expansão de **14,74%** frente ao período anterior. A composição desses recursos decorre, principalmente, de operações de crédito e de liberações da União, através de convênios e outras transferências. Esse aumento mantém a trajetória ascendente observada no ano anterior, decorrente do andamento dos desembolsos de operações de crédito já contratadas.

Quanto à previsão de receitas para o exercício, as principais receitas que superaram a previsão inicial foram o **IRRF – Outros Rendimentos** (R\$ 21,37 milhões acima do esperado), o **ICMS** (R\$ 21,00 milhões) e o **ITBI** (R\$ 2,99 milhões), além do grupo representativo das **Demais Receitas Correntes**, que superou as expectativas em R\$ 92,66 milhões.

Por outro lado, o **ISS** foi a receita com maior déficit em relação à projeção, totalizando uma queda de R\$ 40,9 milhões (-9,64%) abaixo do esperado. Da mesma forma, as **Receitas de Capital**, apesar de apresentarem crescimento em comparação ao ano anterior — devido ao andamento das licitações vinculadas ao FINISA (Caixa Econômica Federal) e à Desenvolve SP - não atingiram a meta orçamentária, ficando R\$ 13,45 milhões (14,25%) abaixo do estimado.

O gráfico abaixo apresenta o confronto entre as principais receitas previstas e realizadas no exercício de 2025, onde a coluna laranja representa o desvio, positivo ou negativo, em relação à previsão inicial:



1.2.1 Receita de Dívida Ativa

A receita de Dívida Ativa apresentou um aumento de arrecadação no valor de R\$ 9.971.892,53, comparando com o mesmo período do exercício anterior. Os recebimentos representam 1,99% do estoque inicial da dívida. Ainda, houve cancelamentos conforme relatado abaixo:

Dívida Ativa	2023	2024	2025
1 - Saldo Inicial da Dívida Ativa	R\$ 2.515.905.043,64	R\$ 2.748.048.070,92	R\$ 2.973.375.121,36
2 - (-) Saldo Inicial da Provisão para Perdas	R\$ 36.549.921,91	R\$ 53.679.393,91	R\$ 58.916.639,66
3 - (-) Recebimentos	R\$ 58.303.213,60	R\$ 49.282.399,68	R\$ 59.256.060,96
4 - (%) Percentual Recebimento Apurado (AV 3/1*100)	2,32%	1,79%	1,99%
5 - (-) Cancelamentos	R\$ 38.547.378,68	R\$ 55.039.355,12	R\$ 39.133.069,63
6 - (%) Percentual Cancelamento Apurado (AV 5/1*100)	1,53%	2,00%	1,32%
7 - (+) Inscrição / Atualização	R\$ 1.515.270.374,46	R\$ 455.414.783,80	R\$ 743.898.405,77
8 - (-) Ajustes da Provisão para Perdas	R\$ 17.129.472,00	R\$ 5.237.245,75	-R\$ 8.136.923,42
9 - (=) Saldo da Dívida Ativa	R\$ 3.880.645.431,91	R\$ 3.040.224.460,26	R\$ 3.568.104.680,30
10 - (%) Percentual Redução/Aumento Apurado ((9-(1-2))/(1-2)*100)	56,52%	12,84%	22,43%
11 - (+/-) Diferenças a Ajustar	-R\$ 1.186.276.754,90	-R\$ 125.765.978,56	-R\$ 388.559.937,79
12 - (=) Saldo da Dívida Ativa Ajustado	R\$ 2.694.368.677,01	R\$ 2.914.458.481,70	R\$ 3.179.544.742,51
13 - (%) Perc. Redução/Aumento Apurado Após o Ajuste ((12-(1-2))/(1-2)*100)	8,67%	8,17%	9,10%

A partir dos dados apurados, observa-se que houve uma diminuição dos cancelamentos, passando de R\$ 55.039.355,12 em 2024 para R\$ 39.133.069,63 em 2025, o que representa **1,32%** do estoque inicial da dívida.

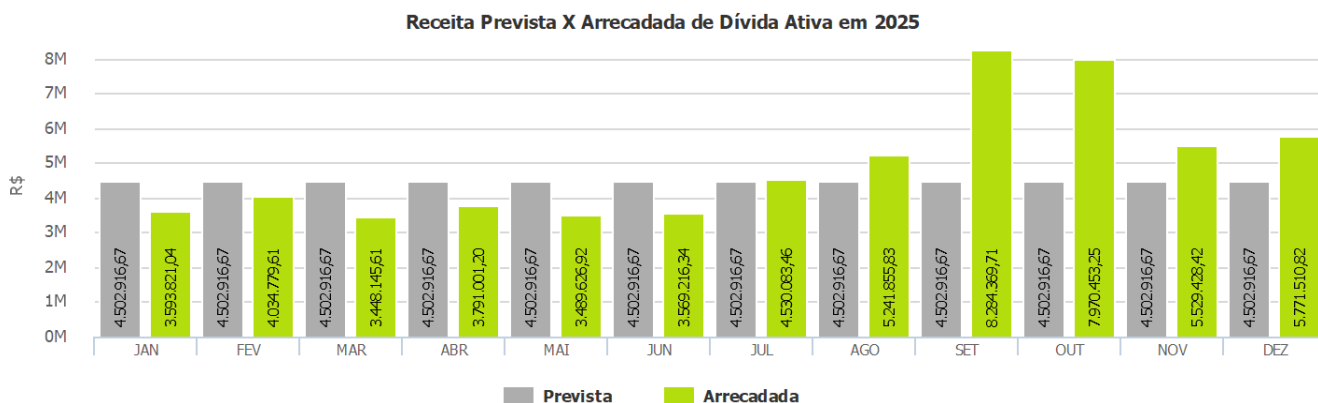
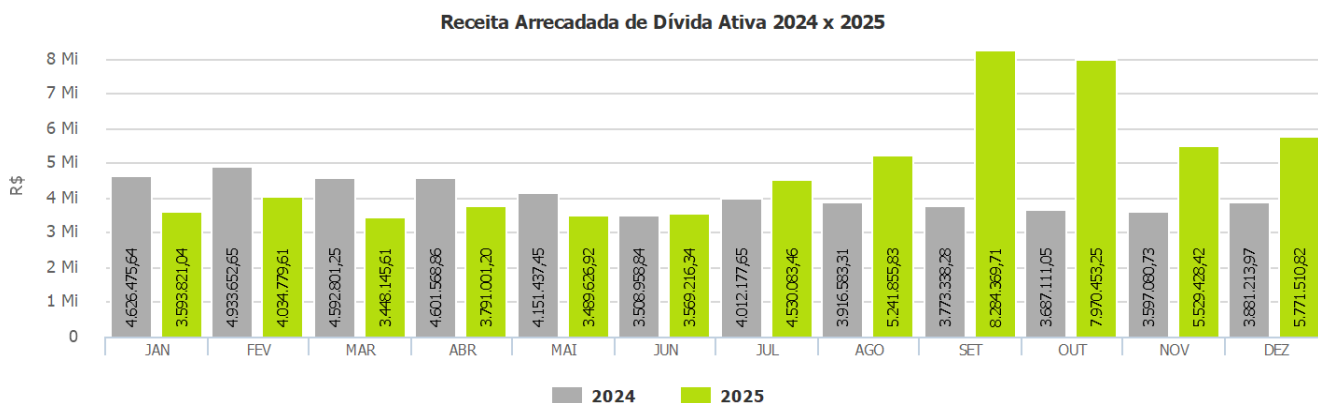
Houve aumento nos Recebimentos, com uma alta na arrecadação no valor de R\$ 9.971.892,53 quando comparada ao ano anterior e R\$ 5.219.292,17 em relação ao valor previsto para o período. Os aumentos ficam mais evidentes a partir do mês de julho como pode-se observar na Tabela 03, com destaque para setembro, que foi o mês de maior arrecadação: R\$ 4.511.031,43 (119,55%) a mais que o mesmo período do ano anterior.

O comportamento da arrecadação das receitas de dívida ativa ao longo dos meses pode ser acompanhado na Tabela 03 a seguir:

Tabela 03 – Receita de Dívida Ativa

Mês	Arrec. 2024 (a)	Prev / Atual 2025 (b)	Arrec 2025 (c)	2024 x 2025 (d=c-a)	% (e=d/a)	Prev.Atual/Arrec. (f=c-b)	% (g=c/b)
Jan	4.626.475,64	4.502.916,67	3.593.821,04	-1.032.654,60	-22,32%	-909.095,63	79,81%
Fev	4.933.652,65	4.502.916,67	4.034.779,61	-898.873,04	-18,22%	-468.137,06	89,60%
Mar	4.592.801,25	4.502.916,67	3.448.145,61	-1.144.655,64	-24,92%	-1.054.771,06	76,58%
Abr	4.601.568,86	4.502.916,67	3.791.001,20	-810.567,66	-17,62%	-711.915,47	84,19%
Mai	4.151.437,45	4.502.916,67	3.489.626,92	-661.810,53	-15,94%	-1.013.289,75	77,50%
Jun	3.508.958,84	4.502.916,67	3.569.216,34	60.257,50	1,72%	-933.700,33	79,26%
Jul	4.012.177,65	4.502.916,67	4.530.083,46	517.905,81	12,91%	27.166,79	100,60%
Ago	3.916.583,31	4.502.916,67	5.241.855,83	1.325.272,52	33,84%	738.939,16	116,41%
Set	3.773.338,28	4.502.916,67	8.284.369,71	4.511.031,43	119,55%	3.781.453,04	183,98%
Out	3.687.111,05	4.502.916,67	7.970.453,25	4.283.342,20	116,17%	3.467.536,58	177,01%
Nov	3.597.080,73	4.502.916,67	5.529.428,42	1.932.347,69	53,72%	1.026.511,75	122,80%
Dez	3.881.213,97	4.502.916,67	5.771.510,82	1.890.296,85	48,70%	1.268.594,15	128,17%
13º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	49.282.399,68	54.035.000,04	59.254.292,21	9.971.892,53	20,23%	5.219.292,17	109,66%

Os gráficos abaixo demonstram, respectivamente, a comparação entre a Receita Arrecadada de Dívida Ativa dos últimos dois exercícios e a Receita Prevista x Receita Arrecadada no exercício de 2025.



Em que pese o valor dos recebimentos tenha aumentado ao longo do exercício de 2025, e o percentual de recebimento tenha evoluído de 1,79% para 1,99% do estoque inicial da dívida, cabe ressaltar para fins de parâmetro, que o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) considera como ótimo um nível de recebimento em relação ao estoque inicial maior ou igual a 10%, caso no qual o município receberia nota máxima.

Conforme mencionado em Relatórios Anteriores, a Prefeitura modificou a estrutura administrativa da Secretaria de Finanças, transferindo as unidades relacionadas à Dívida Ativa Municipal para a Procuradoria de Execuções Fiscais – pertencente a Procuradoria Geral do Município, por meio da Lei Complementar nº 456, de 19 de junho de 2024 com o fito de aperfeiçoar a cobrança dos débitos de natureza tributária e não tributária do Município. A lei também instituiu a criação de uma Divisão de Recuperação Fiscal, composta por um Setor de Cobrança Administrativa e Extrajudicial e um Setor de Atendimento ao Público que pretendem trazer mais eficiência à cobrança.

Quanto ao registro contábil da Dívida Ativa no exercício de 2025, foram identificadas discrepâncias nos recebimentos, uma vez que a conta de controle (8.3.2.4.00.00) registrou **R\$ R\$ 59.256.060,96** frente aos **R\$ R\$ 59.254.292,21** do efetivo recebimento da Dívida Ativa.

Quanto às discrepâncias nos recebimentos, a divisão de Contabilidade esclareceu que a diferença apontada decorre da contabilização da Nota de Liquidação nº 2025NL09662. Foi ressaltado que a essência do fato contábil foi devidamente preservada, conforme descrito no histórico do lançamento. No entanto, identificou-se que no roteiro contábil adotado à época, estava incluindo de forma indevida, a baixa da conta de controle 8.3.2.4.1.01.00, o que acabou gerando a inconsistência entre a referida conta controle e a efetivação da arrecadação da receita orçamentária na conta 6.2.1.2.00.00. Destacaram que não houve comprometimento do reconhecimento da receita sob o aspecto patrimonial e orçamentário, tratando-se de inconsistência meramente procedimental no roteiro de contabilização das contas de controle.

Por fim, esclareceram que o roteiro contábil foi devidamente revisado e retificado no exercício de 2026, com o objetivo de impedir a repetição dessa inconsistência e assegurar a plena aderência às normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à adequada vinculação entre contas controle e contas orçamentárias.

1.3 Despesas

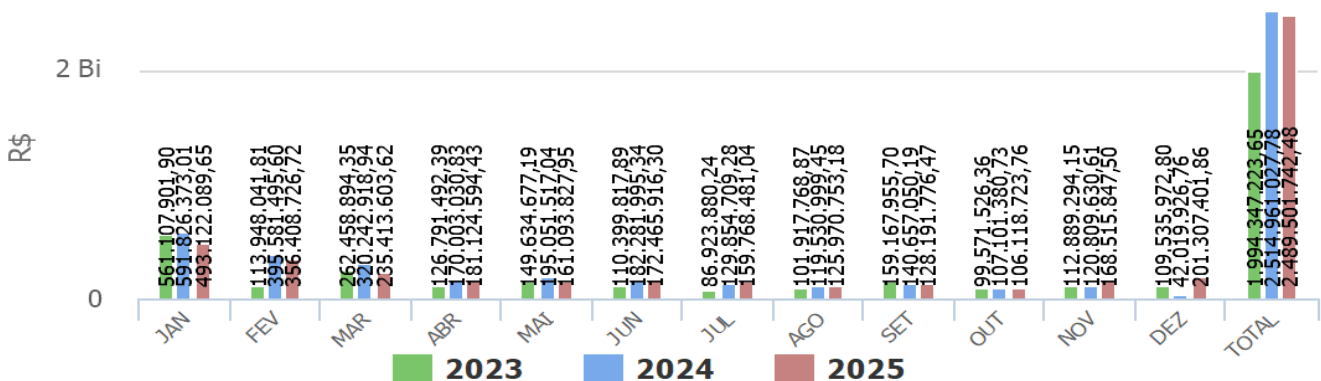
As despesas orçamentárias da Prefeitura (Administração Direta + Fundos) estão demonstradas na tabela 04, que apresenta a dotação atualizada para o exercício e as despesas empenhadas e liquidadas durante o exercício de 2025.

Tabela 04 – Despesas por Categoria Econômica

DESPESAS	Dotação Atualizada Anual para 2025	Despesa Empenhada até Dezembro de 2025	Despesa Liquidada até Dezembro de 2025
Despesas Correntes	2.454.670.413,15	2.227.334.213,17	2.124.300.192,40
Pessoal e Encargos Sociais	960.039.056,13	908.713.505,11	908.713.505,11
Juros e Encargos da Dívida	30.689.973,80	30.326.751,48	30.326.751,48
Outras Despesas Correntes	1.463.941.383,22	1.288.293.956,58	1.185.259.935,81
Despesas de Capital	255.963.622,85	178.499.030,03	159.004.985,43
Investimentos	240.543.522,85	163.562.700,56	144.068.655,96
Amortização / Refinanciamento da Dívida	15.420.100,00	14.936.329,47	14.936.329,47
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	0,00
Despesas Intra Orçamentárias	87.424.701,42	83.668.499,28	80.051.090,78
TOTAL DAS DESPESAS	2.799.058.737,42	2.489.501.742,48	2.363.356.268,61

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

Conforme demonstrado na Tabela 04 acima, as despesas empenhadas durante o exercício de 2025 totalizaram **2.489.501.742,48**. Esse valor representa um aumento de **24,83%** quando comparado ao mesmo período de 2023, e uma redução de **-1,01%** em relação ao mesmo período de 2024, conforme é possível observar no gráfico a seguir:



Com relação as Despesas Liquidadas, as *Despesas Correntes* somaram o valor de **R\$ 2.124.300.192,40**, conforme já demonstrado na tabela 04, sendo que os grupos mais representativos dessa categoria foram as “**Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**” e as “**Outras Despesas Correntes**”, que contemplam as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, prestação de serviços em geral, convênios, subvenções sociais, subvenções econômicas, locação de mão de obra, contrato de parceria público-privada, entre outros.

Já as *Despesas de Capital* representaram um montante de aproximadamente **R\$ 159,0 milhões** no período, sendo atribuídos à **Investimentos (R\$ 144,06 milhões)** e **Amortizações e Refinanciamento da Dívida (R\$ 14,94 milhões)**.

Analisando sob o ponto de vista da classificação funcional, considerando as despesas empenhadas, é possível avaliar que a maior parte da aplicação se concentra nas funções **Educação e Saúde**, que juntas representam cerca de **60,04%** das despesas empenhadas da Prefeitura, somando **R\$ 1.422.944.431,63**. O detalhamento pode ser observado na tabela a seguir:

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	%(Emp)
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	2.279.700,00	1.003.914,24	0,040%
092 - REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	2.279.700,00	1.003.914,24	0,04%
04 - ADMINISTRAÇÃO	187.997.926,36	153.130.506,66	6,151%
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-	-	0,00%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	142.772.065,25	124.845.017,85	5,02%
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	10.078.500,00	7.404.726,32	0,30%
124 - CONTROLE INTERNO	770.000,00	168.174,02	0,01%
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	15.076.761,11	14.547.603,50	0,58%
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.306.800,00	2.676.466,01	0,11%
127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.759.000,00	843.437,50	0,03%
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	449.000,00	292.866,34	0,01%
130 - ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	2.000,00	-	0,00%
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	12.783.800,00	2.352.215,12	0,09%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	55.616.354,61	54.065.542,66	2,172%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	408.700,00	189.604,05	0,01%
181 - POLICIAMENTO	53.181.654,61	52.200.716,29	2,10%
182 - DEFESA CIVIL	1.591.000,00	1.274.135,49	0,05%
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	435.000,00	401.086,83	0,02%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	84.863.810,63	67.386.854,95	2,707%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.696.000,21	14.966.817,96	0,60%
241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	1.803.000,00	1.674.000,00	0,07%
242 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	10.000,00	-	0,00%
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.106.000,00	2.195.359,87	0,09%
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	61.248.810,42	48.550.677,12	1,95%

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	%(Emp)
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	41.300.500,00	39.199.659,85	1,575%
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	41.021.500,00	38.931.194,74	1,56%
274 - PREVIDÊNCIA ESPECIAL	279.000,00	268.465,11	0,01%
10 - SAÚDE	930.084.723,14	832.325.561,76	33,433%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	154.101.666,82	137.161.443,92	5,51%
301 - ATENÇÃO BÁSICA	214.107.026,43	181.946.499,96	7,31%
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	523.504.946,88	481.587.343,99	19,35%
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	13.182.815,38	10.837.265,36	0,44%
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	20.189.811,22	18.273.067,46	0,73%
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	4.998.456,41	2.519.941,07	0,10%
11 - TRABALHO	17.897.988,37	12.270.475,12	0,00493
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	15.382.000,00	10.110.065,62	0,41%
332 - RELAÇÃO DE TRABALHO	219.988,37	40.066,40	0,00%
334 - FOMENTO AO TRABALHO	2.296.000,00	2.120.343,10	0,09%
12 - EDUCAÇÃO	705.771.974,22	662.283.573,87	26,603%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.825.620,00	17.467.451,22	0,70%
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.301.000,00	1.230.782,47	0,05%
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	51.046.709,69	47.448.048,76	1,91%
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	238.764.334,53	227.762.465,20	9,15%
362 - ENSINO MÉDIO	5.700.000,00	4.790.588,00	0,19%
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	391.134.310,00	363.584.238,22	14,61%
13 - CULTURA	12.318.624,09	7.880.043,46	0,317%
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	1.514.769,75	823.867,27	0,03%
392 - DIFUSÃO CULTURAL	10.803.854,34	7.056.176,19	0,28%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	629.000,00	247.820,10	0,010%
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	629.000,00	247.820,10	0,01%
15 - URBANISMO	324.069.483,34	255.944.777,71	10,281%
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	75.470.707,12	52.542.207,14	2,11%
452 - SERVIÇOS URBANOS	209.503.776,22	170.895.161,80	6,87%
453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	38.995.000,00	32.507.408,77	1,31%
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	100.000,00	-	0,00%
16 - HABITAÇÃO	7.928.456,24	3.706.964,40	0,149%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	461.956,24	240.320,57	0,01%
482 - HABITAÇÃO URBANA	7.466.500,00	3.466.643,83	0,14%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	236.744.061,01	230.251.780,83	9,249%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.679.140,00	5.776.861,75	0,23%
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	55.088.948,25	52.518.285,38	2,11%
542 - CONTROLE AMBIENTAL	173.353.186,80	170.961.583,89	6,87%
544 - RECURSOS HÍDRICOS	1.085.832,96	635.431,90	0,03%
813 - LAZER	536.953,00	359.617,91	0,01%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	500.000,00	500.000,00	0,020%
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	500.000,00	500.000,00	0,02%

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	%(Emp)
20 - AGRICULTURA	19.395.193,18	14.918.595,05	0,599%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.258.000,00	5.817.211,19	0,23%
605 - ABASTECIMENTO	6.415.840,00	5.094.572,59	0,21%
606 - EXTENSÃO RURAL	6.721.353,18	4.006.811,27	0,16%
22 - INDÚSTRIA	140.000,00	29.283,86	0,001%
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	140.000,00	29.283,86	0,00%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.990.662,89	3.955.757,48	0,159%
695 - TURISMO	6.990.662,89	3.955.757,48	0,16%
26 - TRANSPORTE	355.000,00	244.914,63	0,010%
781 - TRANSPORTE AÉREO	355.000,00	244.914,63	0,01%
27 - DESPORTO E LAZER	23.916.234,15	14.043.673,21	0,564%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.963.370,03	9.095.954,75	0,37%
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	10.419.168,54	2.891.354,48	0,12%
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	-	-	0,00%
813 - LAZER	3.533.695,58	2.056.363,98	0,08%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	139.259.045,19	136.112.042,64	5,467%
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	139.259.045,19	136.112.042,64	5,47%
99 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	1.000.000,00	-	0,000%
999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA GERAL	1.000.000,00	-	0,00%
Total Geral	2.799.058.737,42	2.489.501.742,48	100%

Fonte: DimRel (Metologia AUDESP)

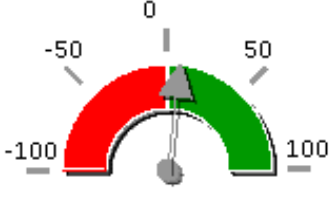
*As porcentagens apresentadas aqui, são relacionadas às despesas por função em relação à despesa total, e não devem ser confundidas com os índices utilizados para cálculo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Saúde.

Além das despesas com Saúde e Educação, as funções com despesas mais representativas da Prefeitura são **Urbanismo (10,28%)** e **Gestão Ambiental (9,25%)**, cujos principais custos são:

- **451- Infraestrutura Urbana:** Modernização da Iluminação Pública; locação de tratores e caminhões; serviços de desobstrução, correção e saída e limpeza de margens do Rio Piracicaba (dentro da área urbana do município); limpeza e manutenção de vias públicas, guias e sarjetas.
- **452- Serviços Urbanos:** Obras de pavimentação/ recapeamento asfáltico; manutenção e conservação de vias (tapa buraco); sistema de vídeo monitoramento; serviços de engenharia de trânsito (sinalização).
- **453 – Transportes Coletivos Urbanos:** subvenção econômica para subsídio do sistema público do transporte coletivo do município.
- **542 – Controle Ambiental:** serviços de Limpeza Pública (manejo de resíduos sólidos); serviços de coleta de resíduos de saúde.
- **541 – Preservação e Conservação Ambiental** – serviços de conservação e manutenção de áreas verdes (corte de mato); e serviços de limpeza e poda de árvores.

1.4 Receitas X Despesas

O quadro abaixo demonstra o resultado orçamentário decorrente do confronto entre as despesas empenhadas/liquidadas/pagas e a receita arrecadada da Prefeitura (Adm. Direta + Fundos):

Resultado Orçamentário	Valores Expressos em R\$	%	Despesa Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 2.812.216.094,66		
Despesa Empenhada	R\$ 2.489.501.742,48		
Variação (DÉFICIT/SUPERÁVIT)	R\$ 322.714.352,18	11,48	
Despesa Liquidada	R\$ 2.363.356.268,61		
Variação (DÉFICIT/SUPERÁVIT)	R\$ 448.859.826,05	15,96	
Despesa Paga	R\$ 2.348.883.947,87		
Variação (DÉFICIT/SUPERÁVIT)	R\$ 463.332.146,79	16,48	

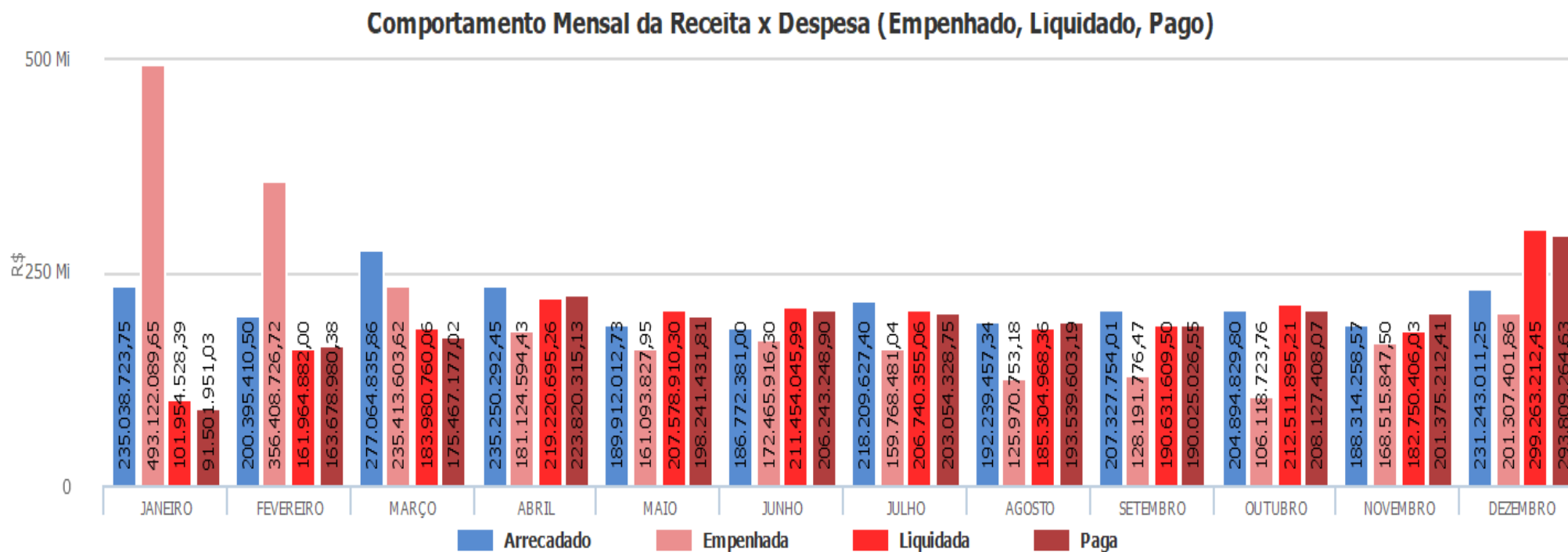
No que se refere a comparação entre as **Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas**, observa-se que a maior parte dos empenhos se concentram no início do exercício, ao passo que a arrecadação das receitas se distribui ao longo dos meses. Em 2025, o 1º Quadrimestre foi deficitário em **-23,52%**, resultado já esperado. No 2º Quadrimestre, houve uma evolução positiva, atingindo um superávit de **0,62%**.

Por fim, no 3º Quadrimestre, as Receitas Arrecadadas totalizaram em **R\$ 2.812.216.094,66**, enquanto às Despesas Empenhadas alcançaram o valor de **R\$ 2.489.501.742,48**. Desse modo, o resultado orçamentário da Prefeitura evidenciou um **superávit** de **R\$ 322.714.352,18**, equivalente a **11,48%**, refletindo um equilíbrio orçamentário, conforme ilustrado no quadro acima.

Adicionalmente, em relação às Despesas Liquidadas, foi registrado superávit em todos os quadrimestres, culminando em um superávit total de **R\$ 448.859.826,05** ao final do exercício, o que correspondente a **15,96%**.

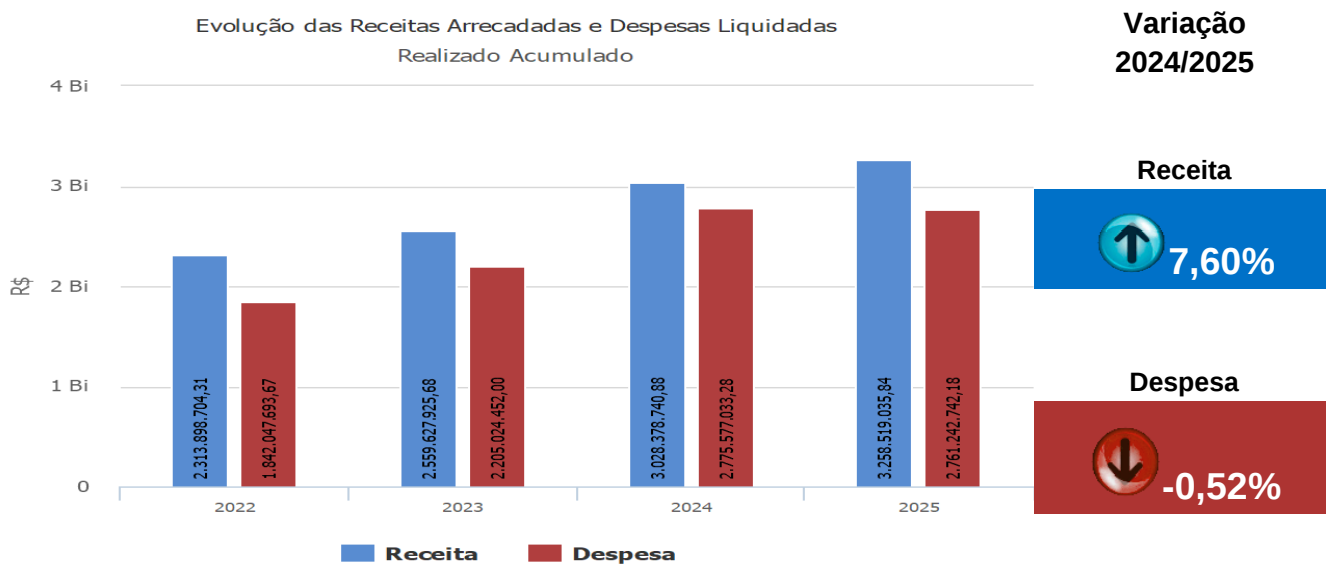
...

O gráfico a seguir demonstra o comportamento mensal do empenho, liquidação e pagamento, frente a receita arrecadada ao longo do exercício de 2025.



*Valores apresentados de Receita Arrecadada exceto repasses intra orçamentários.

Considerando os dados consolidados do Município, o gráfico a seguir demonstra a evolução das receitas arrecadadas e despesas liquidadas dos últimos quatro exercícios.



*Dados consolidados (exceto RPPS)

...

1.5 Restos a Pagar

Restos a Pagar são as despesas com compromisso de utilização no orçamento, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro, sendo classificadas como:

- **Restos a Pagar Processados (RPP)** - No momento da inscrição a despesa estava empenhada e liquidada (porém não paga)
- **Restos a Pagar Não Processados (RPNP)** - No momento da inscrição a despesa estava empenhada e não estava liquidada.

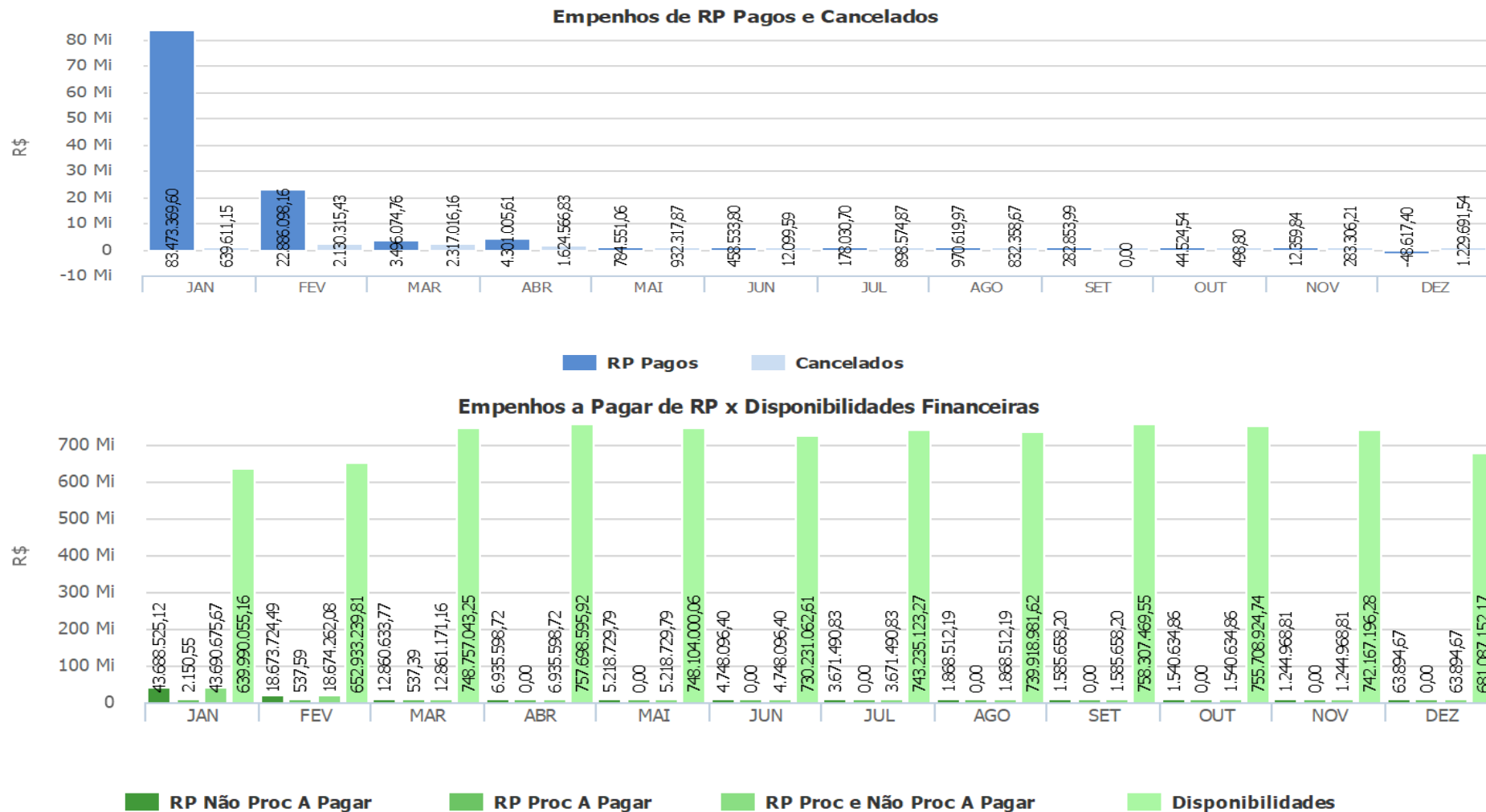
O saldo dos Restos a Pagar da Prefeitura apurados ao final do exercício de 2024 totalizaram em **R\$ 127.803.656,42**, sendo **R\$ 15.763.266,60** de restos processados e **R\$ 112.040.389,82** de não processados.

No atual exercício, foram pagos **R\$ 116.839.404,63 (R\$ 15.747.295,65 RPP + R\$ 101.092.108,98 RPNP)** do montante, além de **R\$ 10.884.386,17** que foram cancelados de Restos a Pagar Não Processados e **R\$ 15.970,95** de Restos a Pagar Processados.

Houve novas inscrições no valor de R\$ 140.617.794,61 neste período, totalizando o saldo em **R\$ 140.681.689,28**. Cabe informar que a entidade registrou disponibilidade financeira de **R\$ 681.087.152,17**.

Restos à Pagar	Saldo Período Anterior	Pagamentos	Cancelamentos	Inscrições	Saldo para o Período Seguinte	% Amortizado no Período
Processados	R\$ 15.763.266,60	R\$ 15.747.295,65	R\$ 15.970,95	R\$ 14.472.320,74	R\$ 14.472.320,74	100,00%
Não Processados	R\$ 112.040.389,82	R\$ 101.092.108,98	R\$ 10.884.386,17	R\$ 126.145.473,87	R\$ 126.209.368,54	99,94%
Total Geral	R\$ 127.803.656,42	R\$ 116.839.404,63	R\$ 10.900.357,12	R\$ 140.617.794,61	R\$ 140.681.689,28	99,95%

O detalhamento quanto aos restos a pagar pagos e cancelados mensalmente podem ser avaliados nos gráficos a seguir:



RECOMENDAÇÃO:

É importante ressaltar que conforme orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, a inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificamos que os restos a pagar não processados são acompanhados pela Divisão de Contabilidade, que orienta as secretarias a analisarem seus respectivos empenhos e providenciarem os cancelamentos necessários quando cabível.

Observamos que os RPNP's que foram inscritos até o encerramento do exercício de 2024 e ainda configuravam saldo ao final do exercício de 2025 são:

Com exceção do RPNP da Secretaria de Saúde, referente a uma obra em execução, os demais RPNPs listados ainda não passaram pelo processo de liquidação. Dessa forma, orientamos que as secretarias responsáveis verifiquem com maior cautela a que se referem esses valores, bem como justifiquem os motivos de sua permanência inscritos em restos a pagar.

Solicitamos, ainda, que, se possível, sejam providenciados os cancelamentos e pagamentos necessários com a maior brevidade possível, em atendimento ao Decreto Federal nº 93.872/1986, atualizado pelo Decreto nº 9.428/2018.

...

1.6 Resultado Primário

O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários do Município são compatíveis com sua arrecadação. O Resultado Primário é calculado com base nos dados consolidados do município, como demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 05 – Resultado Primário

RECEITAS FISCAIS	Previsão Anual Inicial	Previsão Anual Atualizada	Receitas Realizadas
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	3.237.515.000,00	3.237.515.000,00	3.323.095.765,50
Receita Tributária	982.549.000,00	982.549.000,00	958.375.308,34
Receita de Contribuição	30.270.000,00	30.270.000,00	34.101.455,83
Receita Previdenciária	30.270.000,00	30.270.000,00	34.101.455,83
Receita Patrimonial Líquida	5.158.000,00	5.158.000,00	1.471.402,83
Receita Patrimonial	66.546.000,00	66.546.000,00	145.073.749,20
(-) Aplicações Financeiras	61.388.000,00	61.388.000,00	143.602.346,37
Transferências Correntes	1.758.910.000,00	1.758.910.000,00	1.848.130.286,39
Demais Receitas Correntes	460.628.000,00	460.628.000,00	481.017.312,11
Diversas Receitas Correntes	460.628.000,00	460.628.000,00	481.017.312,11
RECEITAS DE CAPITAL (II)	183.205.000,00	183.205.000,00	87.666.607,80
Operações de Crédito (III)	180.934.000,00	180.934.000,00	72.656.717,95
Amortização de Empréstimos (IV)	1.920.000,00	1.920.000,00	2.226.935,11
Alienação de Ativos	18.000,00	18.000,00	4.897.955,26
Outras Alienações de Bens	18.000,00	18.000,00	4.897.955,26
Transferências de Capital	333.000,00	333.000,00	7.884.999,48
Convênios	31.000,00	31.000,00	316.630,45
Outras Transferências de Capital	302.000,00	302.000,00	7.568.369,03
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (II-III-IV-V-VI)	351.000,00	351.000,00	12.782.954,74
DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII)	220.191.000,00	220.191.000,00	228.814.717,56
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX) = (I+VII-VIII)	3.017.675.000,00	3.017.675.000,00	3.107.064.002,68
DESPESAS FISCAIS	Dotação Anual Inicial	Dotação Anual Atualizada	Despesas Líquidas até o Período
DESPESAS CORRENTES (X)	2.914.589.200,00	3.169.436.813,15	2.750.016.381,30
Pessoal e Encargos Sociais	1.260.166.800,00	1.337.097.056,13	1.263.228.088,53
Juros e Encargos da Dívida (XI)	22.162.000,00	31.790.973,80	31.001.777,05
Outras Despesas Correntes	1.632.260.400,00	1.800.548.783,22	1.455.786.515,72
DESP. FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	2.892.427.200,00	3.137.645.839,35	2.719.014.604,25
DESPESA DE CAPITAL (XIII)	281.917.300,00	378.680.222,85	172.674.074,13
Investimentos	260.965.200,00	358.598.122,85	153.908.033,92
Amortização da Dívida (XVI)	20.952.100,00	20.082.100,00	18.766.040,21
DESP. FISCAIS DE CAPITAL (XVII) = (XIII-XIV-XV-XVI)	260.965.200,00	358.598.122,85	153.908.033,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	59.810.000,00	59.810.000,00	0,00
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX) = (XII+XVII+XVIII)	3.213.202.400,00	3.556.053.962,20	2.872.922.638,17
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)	-195.527.400,00	-538.378.962,20	234.141.364,51

O Resultado Primário do município apresentou um **superávit de R\$ 234.141.364,51** no período de janeiro a dezembro de 2025.

O valor acompanha a tendência de superávit do Município nos últimos anos, ou seja, as receitas primárias superaram as despesas primárias demonstrando o equilíbrio das contas municipais.

Tabela 06 - Evolução do Resultado Primário dos exercícios anteriores (Janeiro a Dezembro)

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado Primário	311.255.513,19	329.838.168,23	177.771.778,25	14.863.008,84	234.141.364,51

...

1.7 Resultado Nominal

O Resultado Nominal compreende o resultado da variação da dívida fiscal líquida do setor público deduzidos os ajustes patrimoniais e metodológicos. A Dívida Consolidada representa o montante total das obrigações financeiras do município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito e outras operações de financiamento e refinanciamento, com prazo de amortização superior a 12 meses. A tabela 07 apresenta o Demonstrativo do Resultado Nominal – Exceto órgão de previdência – no 3º Quadrimestre de 2025.

Tabela 07 – Resultado nominal

	Saldo em 12/2024	Saldo em 12/2025
Dívida Consolidada (I)	152.092.877,49	209.146.499,02
Deduções (II)	645.510.005,21	842.221.936,78
Ativo Disponível	714.713.101,47	861.206.964,93
Haveres Financeiros	4.859.743,30	27.279.391,64
(-) Restos a Pagar Processados	20.965.389,86	18.678.663,93
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	53.097.449,70	27.585.755,86
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-493.417.127,72	-633.075.437,76
Receita de Privatizações (IV)	0	0
Passivos Reconhecidos (V)	38.956.053,93	33.320.430,65
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	-532.373.181,65	-666.395.868,41
RESULTADO NOMINAL		Período de Referência De 01/2025 a 12/2025 -134.022.686,76

No exercício de 2025, houve aumento da “Dívida Consolidada (I)” passando de R\$ 152 milhões para R\$ 209 milhões – elevada principalmente pelas Dívidas Contratuais decorrentes de operações de crédito/empréstimos. A Dívida Consolidada inclui ainda, parcelamentos de dívidas de Tributos, de Contribuições Sociais (Previdenciárias) e do FGTS; e Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) considera o montante da dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Diante dos dados, observa-se que houve um aumento do “Ativo Disponível” e dos “Haveres Financeiros”, resultando em uma DCL negativa, o que significa dizer que as disponibilidades estão maiores que a dívida consolidada.

Nesse sentido, considerando os dados apresentados, o Resultado Nominal apresentou comportamento favorável no ano de 2025, acarretando, matematicamente, na diminuição da dívida fiscal líquida em R\$ 134.022.686,76, denotando regularidade do município.

2. Limites constitucionais

Na sequência deste relatório, apresenta-se a verificação do cumprimento dos limites constitucionais relativos a despesa com pessoal e a aplicação dos recursos em saúde e educação.

2.1 Receita Corrente Líquida

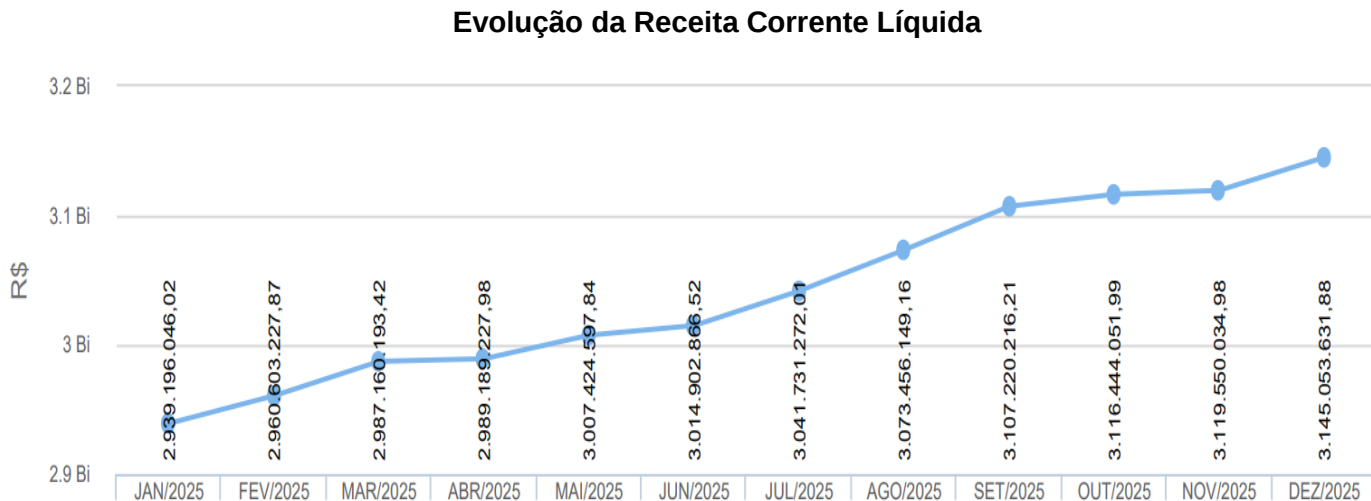
A Receita Corrente Líquida (RCL) é utilizada como parâmetro para diversos indicadores da gestão fiscal e limite de gastos para União, Estados e Municípios. Representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes; e são deduzidas a contribuição dos servidores ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes de previdência e a retenção para formação do FUNDEB. O cálculo é apurado de maneira consolidada no município considerando os últimos doze meses. A Tabela 08 apresenta a RCL apurada no período analisado.

Tabela 08 - Evolução da Receita Corrente Líquida Realizada nos Últimos 12 meses

Especificação	Jan/25 a Dez/25
Receitas Correntes (I)	3.462.512.744,95
Receitas Tributárias	956.473.268,86
Receita de Contribuição	34.101.455,83
Receita Patrimonial	145.062.234,77
Receita de Serviços	389.737.146,42
Transferências Correntes	1.847.794.967,93
Outras Receitas Correntes	89.343.671,14
Deduções (II)	317.459.113,07
Contribuição do Servidor a RPPS	34.101.455,83
Receitas de Compensação Previdenciária	21.208.358,62
Ganhos com Apl. Financeira do RPPS	37.535.879,39
Deduções de Receita para Formação do FUNDEB	224.613.419,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.145.053.631,88
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (IV)	16.312.993,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.128.740.638,88
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, §16º, da CF) (VI)	0,00
Vencimento dos Agentes Comunitários De Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (Ec 120/2022)	11.063.184,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	3.117.677.454,88

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

O gráfico a seguir demonstra a Evolução da RCL dos últimos 12 meses:



...

2.2 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal nos últimos doze meses estão apresentadas na tabela 09. O limite constitucional representa uma porcentagem da Receita Corrente Líquida.

Tabela 09 – Despesas com pessoal nos últimos 12 meses

Despesas com Pessoal	Jan/25 a Dez/25
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Ativo	770.393.693,51
Remuneração de Agentes Políticos	221.383,33
Encargos Sociais	178.934.060,06
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdenciários	239.058.365,17
Outras Despesas e Obrigações (variáveis, etc)	57.443.375,51
Compensações a Regimes de Previdência	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	11.305,34
Sentenças Judiciais	37.717.567,53
Restos a Pagar não Processados Liquidados	0,00
Total de Despesas com Pessoal	1.283.779.750,45
Deduções	
Decorrentes Decisão Judicial e Exercício Anteriores	37.728.872,87
Desp. com Inativos e Pensionistas. custeadas com recursos vinculados	28.059.227,04
Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	11.063.184,00
Restos a Pagar não Processados Liquidados	0,00
Total de Deduções	76.851.283,91
Total de Despesas com Pessoal Líquidas	1.206.928.466,54

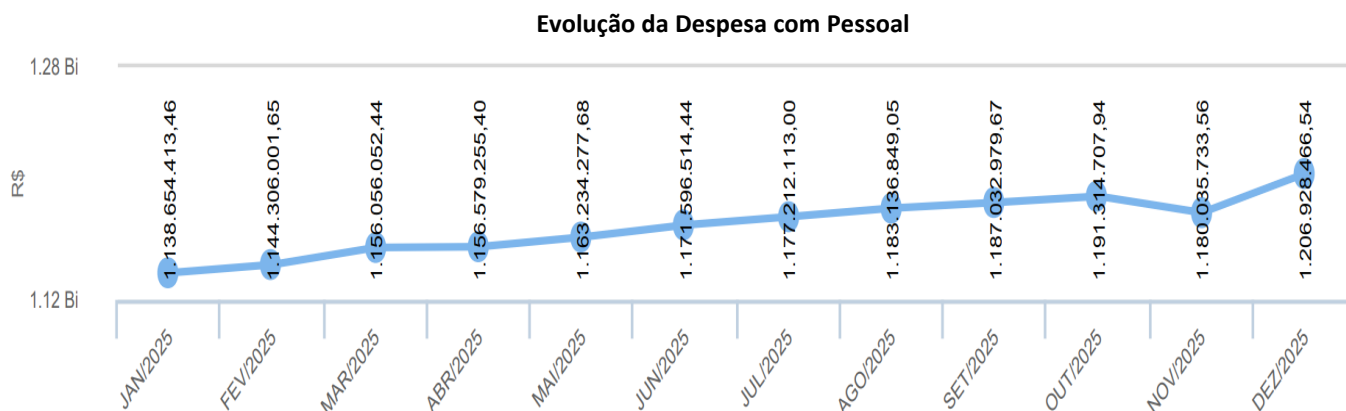
Percentual de Limite de Despesas com pessoal:

Receita Corrente Líquida *		3.117.677.454,88
Limite Máximo de Gasto (Art. 20 LRF)	1.683.545.825,64	54,00%
Limite Prudencial 95% (Art. 22 LRF)	1.599.368.534,35	51,30%
Despesa Líquida com Pessoal	1.206.928.466,54	38,71%

*Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

Fonte: PST (Metodologia Audeps) – Competência 14/2025.

O gráfico a seguir demonstra a evolução das Despesas com Pessoal:



Constata-se que as despesas com pessoal apurada no 3º quadrimestre de 2025 estão abaixo do limite máximo e do limite prudencial estipulados no inciso III do art. 20 e art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, totalizando **R\$ 1.206.928.466,54** que representam **38,71%** da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

...

2.3 Evolução da Dívida e Limites

Em dezembro de 2025, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) do município apresentou um saldo de **R\$ -633.075.437,76**, sendo este total originário da dívida interna/externa.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em **-20,23%**. Ressalte-se que o limite legal estabelecido pela Resolução nº 40/01 do Senado Federal é de 1,20 vezes (ou 120%) da Receita Corrente Líquida ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento.

	Dez/24	%	Dez/25	%
RCL	2.924.606.934,32		3.128.740.638,88	
DCL	-493.417.127,72	-16,87%	-633.075.437,76	-20,23%
Comprometimento	0,00	0,00%	0,00	0,00
Limite Legal	3.328.587.444,42	120,00%	3.754.488.766,66	120,00%

Nota Explicativa 1: Quando a DCL é negativa significa que o município não acumula Dívida Consolidada Líquida.

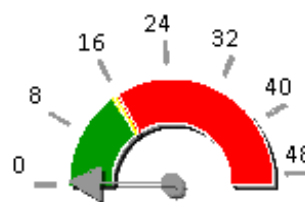
Nota Explicativa 2: Dados consolidados exceto órgão de previdência e/ou fundo de previdência.

...

2.4 Operações de Crédito

Quanto as operações de crédito, o índice ficou devidamente ajustado ao limite de 16% sobre a RCL – Receita Corrente Líquida, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do Artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, conforme tabela abaixo.

Período	RCL	Operações de Crédito (Exceto ARO)	%
12/2025	R\$ 3.128.740.638,88	R\$ 72.412.130,11	2,31 %
Limite Legal		R\$ 500.598.502,22	16,00 %



...

2.5 Análise do Artigo 167-A da CF

O Artigo 167-A da Constituição Federal determina que no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes do ente não pode superar 95% (noventa e cinco por cento). O quadro a seguir demonstra o percentual apurado ao final do 3º quadrimestre de 2025.

Receita Corrente Arrecadada (Ente)	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 3.237.899.325,72
Despesa Corrente Empenhada (Ente)	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 2.708.734.279,97
Resultado do Ente Municipal	
Percentual (c) = (b) / (a)	83,66%

O Resultado apurado mostra que o Ente ficou abaixo do limite do § 1º do artigo 167-A (85%) da Constituição Federal de 1988.

...

2.6 Análise dos Duodécimos

O repasse de Duodécimos é uma obrigação constitucional do Poder Executivo Municipal em realizar repasses mensais necessários para o funcionamento da Câmara de Vereadores, obedecendo-se aos limites do art. 29-A da Constituição Federal.

A base de cálculo do duodécimo é a soma da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos art.158 e 159 da CF efetivamente realizadas no exercício anterior e sobre este montante são aplicadas as alíquotas estabelecidas no art. 29-A, que podem variar de 3,5% a 7% de acordo com o número de habitantes do Município. No caso de Piracicaba, o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 5% sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas.

As previsões iniciais das transferências financeiras (duodécimos) foram fixadas em **R\$ 62.700.000,00**, correspondente em **3,21%** da Receita Tributária Ampliada, estando, portanto, dentro do limite estipulado do Art. 29 – A, Inciso I da CF.

Indicadores	Valores	%
Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 1.955.996.334,74	
Limite Máximo Para Transf. de Duodécimos (art. 29-A CF)	R\$ 97.799.816,74	5,00%
Transferências Financeiras Previstas	R\$ 62.700.000,00	3,21%

Mês	Repass	%	Devolvido	%
Janeiro	5.225.000,00	8,33%	-	0,00%
Fevereiro	5.225.000,00	16,67%	100.139,71	0,16%
Março	5.225.000,00	25,00%	-	0,00%
Abril	5.225.000,00	33,33%	1.139.724,00	1,82%
Maio	5.225.000,00	41,67%	271.122,16	0,43%
Junho	5.225.000,00	50,00%	-	0,00%
Julho	5.225.000,00	58,33%	-	0,00%
Agosto	5.225.000,00	66,67%	-	0,00%
Setembro	5.225.000,00	75,00%	-	0,00%
Outubro	5.225.000,00	83,33%	500.000,00	0,80%
Novembro	5.225.000,00	91,67%	-	0,00%
Dezembro	5.225.000,00	100,00%	2.275.091,38	3,63%
TOTAL	62.700.000,00	-	4.286.077,25	6,84%

...

2.7 Aplicação dos Recursos em Saúde

No exercício de 2025, o Município aplicou, segundo o critério da despesa liquidada, a quantia de R\$ 413,7 milhões de reais em ações e serviços públicos de saúde. Este valor representa **21,11%**, frente a arrecadação das receitas de impostos e transferências legais constitucionais que totalizaram R\$ 1.960.052.227,68.

A aplicação dos recursos encontra-se acima do percentual mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000 para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde pelos entes federativos, demonstrando o cumprimento do limite pelo Ente, conforme tabela 10.

Tabela 10 - Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

Mês	Receita	Aplicação Mínima (15%)	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Jan	190.325.640,51	28.548.846,08	142.779.588,48	75,02%	31.235.072,32	16,41%	30.904.881,56	16,24%
Fev	162.687.353,02	24.403.102,95	28.972.325,72	17,81%	35.114.994,56	21,58%	35.094.684,77	21,57%
Mar	218.175.607,40	32.726.341,11	26.904.218,56	12,33%	35.366.628,43	16,21%	35.207.364,56	16,14%
Abr	162.587.193,94	24.388.079,09	12.144.413,13	7,47%	21.750.760,41	13,38%	21.938.559,83	13,49%
Mai	157.478.447,25	23.621.767,09	12.392.904,36	7,87%	25.575.536,92	16,24%	20.952.442,61	13,30%
Jun	127.005.471,54	19.050.820,73	35.208.930,43	27,72%	44.762.466,66	35,24%	44.198.039,13	34,80%
Jul	165.279.250,78	24.791.887,62	30.371.021,99	18,38%	34.652.810,09	20,97%	34.791.655,07	21,05%
Ago	147.880.902,25	22.182.135,34	24.241.300,11	16,39%	36.049.290,13	24,38%	36.580.931,90	24,74%
Set	158.888.795,10	23.833.319,27	31.409.137,51	19,77%	35.196.203,10	22,15%	35.162.788,57	22,13%
Out	149.959.596,38	22.493.939,46	22.698.767,40	15,14%	39.216.454,59	26,15%	38.913.325,08	25,95%
Nov	141.187.979,88	21.178.196,98	23.915.226,28	16,94%	30.540.057,95	21,63%	35.637.846,01	25,24%
Dez	178.595.989,63	26.789.398,44	31.842.621,25	17,83%	44.255.779,25	24,78%	41.575.031,06	23,28%
Total	1.960.052.227,68	294.007.834,15	422.880.455,22	21,57%	413.716.054,41	21,11%	410.957.550,15	20,97%

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos dados apurados:

Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde	Valores Expressos em R\$	%	Rec. Próprios em Saúde Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 1.960.052.227,68		
Despesa Empenhada	R\$ 422.880.455,22	21,57%	
Despesa Liquidada	R\$ 413.716.054,41	21,11%	
Despesa Paga	R\$ 410.957.550,15	20,97%	

...

2.8 Aplicação dos Recursos em Ensino

Até o mês de Dezembro, os valores apurados no relatório que dá suporte ao Controle Interno parametrizado com a metodologia AUDESP, apontou que o Município **empenhou R\$ 473.456.465,56** na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa uma aplicação de **23,94%**, já a **despesa liquidada somou R\$ 458.642.000,28** representando **23,20%**, como segue:

Mês	Receita	Aplicação Mínima (25%)	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Jan	190.325.640,51	47.581.410,13	36.691.062,67	19,28%	32.225.893,74	16,93%	31.461.097,39	16,53%
Fev	162.687.353,02	40.671.838,26	51.937.170,85	31,92%	32.498.668,57	19,98%	32.247.309,66	19,82%
Mar	218.175.607,40	54.543.901,85	53.920.034,89	24,71%	34.814.589,17	15,96%	33.407.107,63	15,31%
Abr	162.587.193,94	40.646.798,49	36.506.391,52	22,45%	41.330.711,48	25,42%	42.703.324,37	26,26%
Mai	157.478.447,25	39.369.611,81	51.682.722,43	32,82%	32.522.352,35	20,65%	32.286.332,26	20,50%
Jun	127.005.471,54	31.751.367,89	25.185.412,03	19,83%	30.603.746,55	24,10%	29.355.107,24	23,11%
Jul	171.256.124,95	42.814.031,24	30.413.931,59	17,76%	35.426.803,26	20,69%	36.310.804,30	21,20%
Ago	147.880.902,25	36.970.225,56	21.783.641,63	14,73%	31.625.415,49	21,39%	31.705.090,93	21,44%
Set	164.000.102,22	41.000.025,56	28.039.537,78	17,10%	33.849.584,07	20,64%	32.937.141,52	20,08%
Out	149.959.596,38	37.489.899,10	24.978.185,45	16,66%	31.218.128,17	20,82%	32.403.789,37	21,61%
Nov	141.187.979,88	35.296.994,97	51.856.205,78	36,73%	56.333.794,81	39,90%	52.210.035,59	36,98%
Dez	184.765.766,14	46.191.441,54	66.800.009,43	36,15%	72.530.153,11	39,26%	72.950.739,19	39,48%
(=) Total Bruto	1.977.310.185,48	494.327.546,37	479.794.306,05	24,26%	464.979.840,77	23,52%	459.977.879,45	23,26%
(-) Ded. no período*	-	-	6.337.840,49	0,32%	6.337.840,49	0,32%	6.337.840,49	0,32%
(=) Total Líquido	1.977.310.185,48	494.327.546,37	473.456.465,56	23,94%	458.642.000,28	23,20%	453.640.038,96	22,94%

*As deduções no período referem-se aos valores de rendimentos e aplicações financeiras e ao valor do FUNDEB retido e não aplicado.

Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino	Valores Expressos em R\$	%	Rec. Próprios em Ensino Despesa Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 1.977.310.185,48		
Despesa Empenhada	R\$ 473.456.465,56	23,94 %	
Despesa Liquidada	R\$ 458.642.000,28	23,20 %	
Despesa Paga	R\$ 453.640.038,96	22,94 %	

*Os valores apresentados referem-se às despesas líquidas.

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

Contudo, o Demonstrativo parametrizado pelo AUDESP não considera importantes despesas que são incluídas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). A seguir, apresentamos o cálculo Demonstrativo da Aplicação da MDE realizado pelo município por meio da Secretaria Municipal de Finanças, no qual o município alcança o percentual mínimo constitucional, atingindo o percentual de **25,41%** de aplicação pela ótica das Despesas Empenhadas e **25,23%**, pela ótica das Despesas Liquidadas e Pagas.

O Demonstrativo detalhado e explicativo de todas as Despesas com MDE está anexado ao presente relatório. O quadro resumido das diferenças apuradas está apresentado abaixo:

Tabela 1: Demonstrativo de Aplicação de Recursos MDE 2025
Apuração AUDESP

Receita MDE 2025	1.977.310.185,48	25% da Receita	494.327.546,37
Aplicação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Educação Infantil	151.108.443,37	142.640.784,47	138.965.554,76
Educação Fundamental	97.734.602,96	91.952.193,24	90.061.064,97
Retenções ao FUNDEB	224.613.419,23	224.613.419,23	224.613.419,23
Total	473.456.465,56	459.206.396,94	453.640.038,96
(%) em relação à Receita	23,94%	23,22%	22,94%
Faltando Aplicar	20.871.080,81	35.121.149,43	40.687.507,41

Tabela 2: Demonstrativo de Aplicação de Recursos MDE 2025
Apuração Prefeitura Municipal de Piracicaba

Receita MDE 2025	1.977.310.185,48	25% da Receita	494.327.546,37
Aplicação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Educação Infantil	167.412.300,58	157.669.121,88	153.993.892,17
Educação Fundamental	110.495.361,34	102.318.085,61	100.426.957,34
Retenções ao FUNDEB	224.613.419,23	224.613.419,23	224.613.419,23
Total	502.521.081,15	484.600.626,72	479.034.268,74
(%) em relação a Receita	25,41%	24,51%	24,23%
Faltando Aplicar		9.726.919,65	15.293.277,63
Considerando RPNP	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
RPNP 2025 (Fev-Dez)	-	755.478,71	752.827,90
RPNP 2026 (Jan)	-	13.546.277,09	13.424.770,77
RPP 2026 (Jan)			5.566.357,98
Total com RPNP	502.521.081,15	498.902.382,52	498.778.225,39
(%) em relação a Receita	25,41%	25,23%	25,23%
Faltando Aplicar	-	-	-

Pode-se observar que a diferença apurada está na Aplicação em Educação Infantil e na Educação Fundamental, como segue:

Demonstrativo AUDESP:			
Aplicação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Educação Infantil	151.108.443,37	142.640.784,47	138.965.554,76
Educação Fundamental	97.734.602,96	91.952.193,24	90.061.064,97
Demonstrativo Prefeitura:			
Educação Infantil	167.412.300,58	157.669.121,88	153.993.892,17
Educação Fundamental	110.495.361,34	102.318.085,61	100.426.957,34
Diferença Apurada:			
Educação Infantil	16.303.857,21	15.028.337,41	15.028.337,41
Educação Fundamental	12.760.758,38	10.365.892,37	10.365.892,37

As diferenças apuradas consistem em glosas aplicadas pela AUDESP nos seguintes itens:

	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Intra-orçamentária (Despesas com Água e Esgoto):			
Ensino Infantil (Cód de Aplicação 210)	6.100.000,00	5.234.150,50	5.234.150,50
Ensino Fundamental (Cód de Aplicação 220)	5.800.000,00	4.837.148,97	4.837.148,97
Superávit			
Ensino Infantil (Cód de Aplicação 210)	1.980.737,43	1.980.737,43	1.980.737,43
Ensino Fundamental (Cód de Aplicação 220)	564.396,66	564.396,66	-
Sub-Elemento Gêneros de Alimentação (Cestas Básicas):			
Ensino Infantil (Cód de Aplicação 210)	8.223.119,78	7.813.449,48	7.813.449,48
Ensino Fundamental (Cód de Aplicação 220)	6.396.361,72	5.528.743,40	5.528.743,40

Nesse sentido, considerando as despesas aplicadas acima e os valores relativos aos Restos a Pagar do período de fevereiro a dezembro de 2025 e janeiro de 2026, o município atinge a aplicação de 25% em MDE pela ótica das despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente ao exercício de 2025.

Cada uma das glosas realizadas pelo AUDESP no cômputo das despesas aplicadas em MDE foram descritas no relatório elaborado pela Secretaria Municipal de Finanças, em anexo ao presente trabalho.

2.9 Aplicação dos Recursos no FUNDEB

Em 2025, o Município aplicou, segundo o critério da despesa empenhada, a quantia de R\$ 272.465.801,07 no Fundeb, representando **93,47%** das receitas aferidas até o encerramento do exercício que totalizaram R\$ 291.486.105,56.

Este percentual está **favorável** consoante ao § 3º do Artigo 25 da Lei 14.113/2020, que determina que 90% dos recursos do FUNDEB devem ser utilizados no exercício financeiro em que forem creditados em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

No exercício, o município recebeu **R\$ 1.222.804,58** oriundos da complementação VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) – valor abaixo do previsto pois houve uma inabilitação do município para o recebimento do recurso. Segundo o Painel Fundeb do FNDE, o motivo da inabilitação foi descumprimento da “Redução das desigualdades educacionais”.

Com relação a remuneração dos Profissionais da Educação, considerando o critério das despesas empenhadas, o Município aplicou **R\$ 261.904.584,28**, que corresponde a **90,23%** da receita (exceto VAAR), representando um percentual **favorável** visto que está acima dos 70% previsto no inciso XI do art. 212-A da CF em consonância com o art. 26 da Lei 14.113/2020.

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos dados apurados:

Aplicação dos Recursos do FUNDEB	Valores Expressos em R\$	%	Aplicação Fundeb Mínima 90 % Despesa Liquidada
Receitas do FUNDEB	R\$ 291.486.105,56		
Receitas do FUNDEB (EXCETO VAAR)	R\$ 290.263.300,98		
Despesa Empenhada (100%)	R\$ 272.465.801,07	93,47%	
Despesa Liquidada (100%)	R\$ 270.579.810,77	92,83%	
Despesa Paga (100%)	R\$ 270.579.810,77	92,83%	
Despesa Empenhada Profiss. da Educação (70%) (EXCETO VAAR)	R\$ 261.904.584,28	90,23%	
Despesa Liquidada Profiss. da Educação (70%) (EXCETO VAAR)	R\$ 261.904.584,28	90,23%	
Despesa Paga Profiss. da Educação (70%) (EXCETO VAAR)	R\$ 261.904.584,28	90,23%	
Despesa Empenhada Outras e VAAR (30%)	R\$ 10.561.216,79	3,62%	
Despesa Liquidada Outras e VAAR (30%)	R\$ 8.675.226,49	2,98%	
Despesa Paga Outras e VAAR (30%)	R\$ 8.675.226,49	2,98%	

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

2.10 Acompanhamento da Regularidade Fiscal e Cumprimento das Obrigações do Sistema AUDESP

Com o intuito de acompanhar a regularidade do Município perante os requisitos fiscais, bem como verificar o cumprimento das entregas das obrigações legais, o Sistema de Controle Interno incluiu em sua rotina de atividades a verificação da regularidade do CAUC, serviço que disponibiliza informações sobre a adimplência quanto às obrigações financeiras, prestação de contas de convênios, transparência, obrigações e cumprimento dos limites constitucionais e legais necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal e dados contábeis transmitidos a Secretaria do Tesouro Nacional.

O detalhamento dos itens observados, bem como a situação ao final do quadrimestre de acordo com o CAUC estão demonstrados conforme segue:

Obrigações	Situação Final do Quadrimestre	Observação
Regularidade quanto a Tributos, Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União	REGULAR	
Regularidade no pagamento de precatórios*	REGULAR	
Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	REGULAR	
Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	REGULAR	
Regularidade perante o Poder Público Federal (CADIN)	REGULAR	
SIAFI/Subsistema Transferências	REGULAR	
Transferegov	REGULAR	
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal	REGULAR	
Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal ao Siconfi	REGULAR	
Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO	REGULAR	
Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siconfi	REGULAR	
Encaminhamento do Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siopex	REGULAR	
Encaminhamento do Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siops	REGULAR	
Encaminhamento das Contas Anuais	REGULAR	
Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis Mensal	REGULAR	
Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis de Encerramento	REGULAR	

Encaminhamento de Informações para o Cadastro da Dívida Pública – CDP	REGULAR
Transparência da execução orçamentária e financeira*	REGULAR
Implementação do Siafic*	REGULAR
Exercício da Plena Competência Tributária	REGULAR
Regularidade Previdenciária	REGULAR
Aplicação Mínima de recursos em Educação	REGULAR
Aplicação Mínima de recursos em Saúde	REGULAR
Limite de Despesas com Parcerias Público-Privadas (PPP)	REGULAR
Limite de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita	REGULAR
Aplicação profissionais da educação*	REGULAR
Aplicação mínima complementação FUNDEB Despesas de Capital*	REGULAR
Aplicação mínima educação infantil*	REGULAR

(*) Novos itens que passaram a ser conferidos a partir de 17/02/2025. Até a última consulta realizada antes do fechamento deste relatório em 11/08/2026, a situação do município no CAUC estava regular.

O encaminhamento do Anexo 12 do RREO - SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde) está temporariamente desabilitado, em face a problemas relacionados à transmissão de dados ao SIOPS, conforme comunicado pelo Ministério da Saúde.

Apesar do item estar desabilitado no CAUC, a Secretaria Municipal de Saúde segue a recomendação anterior do Controle Interno, e publica os dados bimestrais em Diário Oficial do município, conforme datas estabelecidas para publicação do RREO.

Quanto à transmissão do SIOPE, a entrega está regular, no entanto, é importante que o município se atente aos prazos estabelecidos para evitar o atraso recorrente nas entregas e transmissão de dados, especialmente considerando que o CAUC acrescentou itens relacionados a aplicação do FUNDEB e aplicação mínima em Educação Infantil que são extraídos e validados por meio do sistema SIOPE.

O Sistema de Controle Interno acompanha ainda, o cumprimento das obrigações estabelecidas no calendário AUDESP utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP por meio do Relatório Gerencial – Situação de Entrega. Conforme o relatório disponibilizado referente às entregas durante o ano de 2025, a Prefeitura cumpriu todas as entregas, não havendo nenhuma pendência. Contudo, houve atraso no envio das seguintes documentações, que poderão ser sinalizadas no Relatório das Contas Anuais do Município emitido pelo TCESP:

Documento	Data Referência	Prazo de Entrega	Entregue	No Prazo	Data Entrega
LDO-INICIAL-ATA-AUDIENCIA-ELABORACAO	1/2025	03/02/2025	Sim	Não	10/02/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	12/2024	31/01/2025	Sim	Não	04/02/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO) - RETIFICAÇÃO	12/2024	31/01/2025	Sim	Não	27/02/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	2/2025	08/04/2025	Sim	Não	11/04/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	4/2025	02/06/2025	Sim	Não	31/07/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	6/2025	30/07/2025	Sim	Não	31/07/2025
Termo de consentimento de acesso a contas bancárias	12/2024	31/03/2025	Sim	Não	08/04/2025

RECOMENDAÇÃO:

É importante que todos os departamentos e secretarias responsáveis pelo envio de quaisquer documentações à AUDESP estejam atentos aos prazos estabelecidos, em atendimento à Instrução Normativa 01/2024 do TCESP, tendo em vista que sucessivos atrasos podem acarretar multas ao Chefe do Executivo, apontamentos no relatório de contas anuais e impacto na nota do IEG-M.

Ainda, o Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais – CAUC – acrescentou novos itens de verificação, cujo não cumprimento podem ocasionar sanções ao município. Desse modo é imprescindível que a entrega das obrigações nos sistemas Siconfi, SIOPE e SIOPS ocorra sempre dentro do prazo correto.

...

2.11 Relatório de Alertas TCESP

O Visor – Visão Social de Relatórios de Alertas – é uma plataforma gráfica que tem o objetivo de facilitar o entendimento dos alertas emitidos pelo TCESP e classificar as prefeituras de acordo com a quantidade e a diversidade de alertas recebidos.

O TCESP emite mensalmente Relatórios de Alertas que visam atentar o município quanto a situações desfavoráveis/irregulares relacionados à Gestão Municipal. No período apurado de setembro a dezembro de 2025 constam alertas direcionados à Prefeitura de Piracicaba, com os seguintes assuntos:

Assunto de Fiscalização	Descrição	Período
ENSINO	AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada	09/2025; 10/2025 e 11/2025 e 12/2025
LRF	GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO	10/2025 e 12/2025

Ressaltamos que os alertas emitidos pelo TCESP servem como direcionamento para que o município se atente e ajuste suas contas ao longo do exercício.

Ambos assuntos foram abordados nos tópicos 2.8 e 1.6 deste relatório, respectivamente.

...

Seção II

ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

Acompanhamento das atividades de Controle Interno realizadas em 2025 em atendimento ao Plano Operativo Anual de Controle Interno – POACI 2025

3. Atividades de Controle Interno

As atividades realizadas pela Coordenação de Controle Interno no decorrer do exercício de 2025 representam a aderência ao que foi inicialmente previsto no Plano Operativo Anual do Controle Interno aprovado em julho de 2025, e denotam ainda o atendimento ao Decreto 19.291/2022, que dispõe, entre outros assuntos, acerca das atribuições do Controle Interno no Município.

As atividades previstas no cronograma foram segregadas em 14 objetivos específicos distribuídos em Atividades de Monitoramento e Atividades de Apoio, dos quais seguem as considerações adiante.

3.1 Atividades de Auditoria e Monitoramento

As atividades de auditoria e monitoramento abrangeram 8 atividades principais (objetivos gerais), distribuídos em 31 atividades subsidiárias (objetivos específicos) que consistiram, dentre outros aspectos, no acompanhamento do cumprimento de limites e dispositivos legais, aplicação dos recursos recebidos, prazos de entrega de documentações específicas, regularidade fiscal e previdenciária, organização e padronização de rotinas, e outros, a saber:

OBJETIVO GERAL N° 01: Análise Compras, Licitações e Contratos;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Acompanhamento de Execução Contratual
2. Análise de Editais
3. Nova Lei de Licitações – Estruturação e Execução.

Atividades Realizadas:

- (a) A análise das compras, licitações e contratos ocorreu conforme demanda.

OBJETIVO GERAL N° 02: Análise do Planejamento e Adequação Fiscal das Políticas Públicas:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

4. Cumprimento das metas constantes no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual
5. Reestruturação Sistema de Controle Interno

Atividades Realizadas:

- (a) Acompanhamento das Audiências Públicas Quadrimestrais de Cumprimento de Metas.
- (b) Quanto a reestruturação do Sistema de Controle Interno, apresentamos uma proposta de reestruturação do Controle Interno à Administração, que informou que tal estruturação será pensada e avaliada em paralelo ao estudo que está em desenvolvimento pela FIPE, uma vez que há em andamento, um projeto de reestruturação de cargos e salários de toda a Prefeitura sendo realizado pela entidade.

OBJETIVO GERAL N° 03: Análise da Execução das Políticas Públicas:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

6. Análise das Políticas Públicas do Ensino
7. Análise das Políticas Públicas da Saúde
8. Análise das Políticas Públicas Ambientais
9. Análise das Políticas Públicas de Infraestrutura
10. Análise das Políticas Públicas de Tecnologia da Informação

Atividades Realizadas:

- (a) Esta atividade foi estruturada de acordo com o Relatório de Contas do TCESP, categorizando os assuntos de acordo com o IEG-M. (As atividades referentes ao IEGM serão detalhadas no Objetivo Geral n° 07).
- (b) A partir das respostas oferecidas no IEG-M e dos apontamentos dos Relatórios de Fiscalização das Contas Anuais do TCESP, foi realizado um levantamento por área a fim de detectar os quesitos não atendidos e identificar os possíveis gargalos do município.
- (c) Além do levantamento realizado, a Coordenadoria elaborou um Relatório específico relacionado as Políticas Públicas da Saúde, com foco na Estratégia de Saúde da Família:

- O Controle Interno realizou a Ação Ordenada – Estratégia de Saúde da Família – no período de novembro de 2024 a fevereiro de 2025, que teve por objetivo delinear um panorama das Unidades de Estratégia Saúde da Família com base na ótica definida pelo TCESP, considerando a fiscalização ordenada de mesma natureza, ocorrida em 2023/2024 por amostragem em todos os municípios paulistas jurisdicionados.
- O procedimento fiscalizatório realizado pelo Tribunal de Contas se deu em duas etapas: a primeira em março de 2023 e a segunda em novembro de 2024. Foram selecionadas 05 (cinco) unidades em Piracicaba, que revelaram estagnação no status dos apontamentos realizados de um ano para o outro. Nesse sentido, detectando a estagnação dos apontamentos nas unidades visitadas pelo TCESP, bem como os objetivos do Controle Interno, entendemos necessário uma Ação Ordenada para estabelecer um diagnóstico das unidades de saúde da Família do município como um todo.
- Para realização da Ação Ordenada de Controle Interno, para efeito de metodologia, adotou-se o mesmo questionário utilizado pelo TCESP com as devidas adaptações, que foi aplicado de forma autorreferenciada em todas as 72 unidades de Estratégia de Saúde da Família do município.
- Com base na apuração e consolidação dos dados, o Controle Interno efetuou validação por amostragem, selecionando aproximadamente 20% das unidades para realização de visitas *in loco*, simulando uma ordenada do TCESP em 14 unidades de saúde, com elemento surpresa.
- O Relatório elaborado com os resultados apurados foi apresentado à Secretaria Municipal de Saúde, em reunião com o Secretário Municipal e os chefes de equipe da Atenção Básica. O relatório também foi encaminhado ao Sr. Prefeito para tomada das providências que entender necessárias. Por fim, o Relatório ficará a disposição do Tribunal de Contas.

OBJETIVO GERAL N° 04: Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

11. Acompanhamento da Execução Financeira e Gestão Orçamentária
12. Análise das Emendas Parlamentares Individuais - Transferências Especiais
13. Análise da Dívida Ativa
14. Análise dos Bens Patrimoniais
15. Análise, por amostragem, das parcerias com Terceiro Setor.
16. Análise por amostragem, das despesas efetivadas pelo Regime de Adiantamentos

Atividades Realizadas:

- Emissão de Relatórios Quadrimestrais de Controle Interno, contendo o acompanhamento da execução financeira e gestão orçamentária.
- Acompanhamento dos controles de aplicação dos recursos destinados ao município por meio das Transferências Especiais (conforme previsto no inciso I do art. 166-A da Constituição Federal) – verificação junto ao setor de Relações Institucionais do Gabinete Executivo, se os prazos estão sendo cumpridos, bem como a disponibilização no Portal da Transparência.
- Verificação da Dívida Ativa e dos Bens Patrimoniais, por meio de tópicos no Relatório Mensal de Análise de Conformidade.
- Quanto ao acompanhamento, por amostragem, dos ajustes com o Terceiro Setor foram realizadas visitas *in loco* em acompanhamento ao TCESP dos processos a seguir:

Processos selecionados para visitas <i>in loco</i>					
	Processo nº	Entidade Beneficiária	Objeto	Valor	Secretaria
1	Proc. Adm. 99.095/2022	Hospital Mahatma Gandhi	Gerenciamento e o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, das Unidades de Pronto Atendimento UPA “Frei Sigrist” – Vila Cristina e UPA “Nestor Longatto” – Vila Sônia, do Município de Piracicaba/SP.	R\$ 266.300.396,40	Saúde
2	Proc. Adm. 145.227/2024	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba	Convênio nº 100/2024 - Saúde - firmado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba	R\$ 476.828.543,40	Saúde
3	Proc. Adm. 157.416/2022	Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Piracicaba (AUMA)	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade – Centro Dia para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – Termo de Colaboração nº00136/2023/FMAS	R\$ 288.000,00	Assistência Social

e) Acompanhamento e análise por amostragem, das despesas efetivadas pelo Regime de Adiantamentos, com emissão de parecer sobre as prestações de contas

O SCI realizou a análise de despesas com Adiantamento, selecionando aleatoriamente 8 processos para uma análise minuciosa, de um universo de 218 que tramitaram pelo setor ao longo do exercício de 2025. Os selecionados para análise receberam pareceres sobre a prestação de contas, que foram anexados aos respectivos processos.

Processos selecionados					
	Data	Ref.	Processo nº	Tipo de Adiantamento	Secretaria
1	10/04/2025	fev/25	PMP 2025/014642	DIÁRIAS pessoa civil	ASOCIAL
2	10/04/2025	fev/25	PMP 2025/022540	Diárias-Agente Político	ASOCIAL
3	15/04/2025	fev/25	PMP 2025/021216	DIÁRIAS pessoa civil	SEMUTRI
4	16/04/2025	mar/25	PMP 2025/037614	DIÁRIAS pessoa civil	SELAM
5	16/04/2025	mar/25	PMP 2025/041262	Material de Consumo	SEMDEC
6	03/09/2025	jul/25	PMP 2025/103058	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	SEGTRANS
7	06/10/2025	ago/25	PMP 2025/107556	Material de Consumo	SEGTRANS
8	14/10/2025	set/25	PMP 2025/138968	DIÁRIAS pessoa civil	SEGTRANS

OBJETIVO GERAL Nº 05: Acompanhamento dos limites constitucionais de aplicação de recursos;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

17. Acompanhar o limite das despesas com pessoal e em caso de extrapolação avaliar as medidas adotadas para recondução dos limites;
18. Acompanhar os limites constitucionais de aplicação em Educação (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e FUNDEB)
19. Acompanhar os limites constitucionais de aplicação em Saúde;
20. Acompanhamento do limite fixado para a Dívida Consolidada;
21. Acompanhamento do limite das operações de crédito - Financiamento, Avais e Garantias;
22. Acompanhamento dos Limites dos Repasses ao legislativo.

Atividades Realizadas:

- (a) O acompanhamento dos limites constitucionais de aplicação de recursos deu-se pela emissão de Relatórios mensais de acompanhamento, bem como Relatórios Quadrimestrais de Controle Interno, conforme apresentado na Seção I do presente trabalho e nos Relatórios de Controle Interno do 1º e 2º Quadrimestres.

OBJETIVO GERAL Nº 06: Acompanhamento Mecanismos de Transparência - Lei de Acesso a informação e Lei de Transparência Fiscal;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

23. Acompanhar a emissão do Relatório Resumido da Execução orçamentária (RREO);
24. Acompanhar a elaboração, revisão e publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF);
25. Acompanhar a realização das Audiências Públicas quadrimestrais para avaliação das metas fiscais;
26. Fiscalizar e acompanhar a disponibilidade de informações no Portal da Transparência do município.

Atividades Realizadas:

- a) A responsável pelo Controle Interno realizou a assinatura nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), acompanhando a publicação dos mesmos. A coordenadoria do SCI acompanhou, via online, as audiências públicas quadrimestrais para avaliação das metas fiscais.
- b) Quanto ao acompanhamento da disponibilidade de informações do Portal da Transparência do município, o Controle Interno pautou-se no Guia Técnico de Transparência Municipal do TCESP e no Programa Nacional da Transparência Pública (PNTP) – responsável pelo Radar da Transparência Pública - para verificar as informações necessárias ao pleno atendimento dos quesitos de transparência.
- c) Preenchimento do questionário do Programa Nacional da Transparência Pública – PNTN – promovido pela ATRICON;

OBJETIVO GERAL Nº 07: Coordenar e auxiliar na resposta do questionário do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M);

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

27. Coordenar e auxiliar na resposta do questionário do IEG-M 2025 – ano base 2024 junto a todas as Secretarias envolvidas no preenchimento do questionário.

Atividades Realizadas:

- a) O Controle Interno realizou uma apresentação a respeito do IEG-M para todas as Secretarias envolvidas. Posteriormente, os responsáveis pelo preenchimento do questionário coletaram os dados em suas respectivas secretarias e o Controle Interno elucidou dúvidas, realizando diversas

reuniões, orientações e resolução de dúvidas pontuais, promovendo espaço para discussões e reflexões sobre melhorias a serem estabelecidas.

- (b) Nos espaços de discussões e reflexões promovidos a respeito do IEG-M, o Controle Interno frisou a importância da comunicação e integração entre as secretarias, a busca por soluções conjuntas, a importância da documentação e regulamentação dos procedimentos e por fim, **recomendou a criação de um Grupo de Trabalho específico formado por uma equipe multidisciplinar, com o intuito de traçar um plano de ação a fim de promover a melhora contínua do desempenho do município no IEG-M**, visto que a estagnação da nota municipal têm sido motivo de apontamentos recorrentes do TCESP nos Relatórios Anuais de Contas.
- (c) Em que pese não se tenha estabelecido formalmente o grupo de trabalho, identificamos sinais de melhoria com implementação de novas rotinas e ações pontuais realizadas por algumas secretarias e setores.

OBJETIVO GERAL N° 08: Outras atividades de auditoria necessárias para a consecução dos objetivos de controle interno:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Acompanhar os Pareceres, Relatórios de Alertas e Relatórios de Fiscalização do TCESP a respeito das Contas Anuais; com verificação das medidas saneadoras adotadas;
- Acompanhamento da situação de entrega em atendimento ao Calendário de Obrigações do Sistema AUDESP, e entrega de Relatórios do Siconfi, Siops e Siope;
- Acompanhamento das Certidões do Município (Dívida Ativa da União, Dívida Ativa do Estado, CRMC, Regularidade FGTS, Regularidade de Precatórios, Débitos Trabalhistas)
- Verificação da regularidade fiscal do Município junto à Receita Federal, por meio do Relatório de Situação Fiscal

Atividades Realizadas:

- Emissão de alertas e acompanhamento da situação de entrega em atendimento ao Calendário de Obrigações do Sistema AUDESP, e também dos prazos do Siconfi, Siops e Siope.
- Verificação das entregas dos dados referentes ao Siconfi, SIOPE e SIOPS, conforme abordado no item 2.10 e 2.11 deste relatório.
- O Controle Interno acompanhou a situação fiscal do município, acompanhando a emissão das Certidões (Dívida Ativa da União, Dívida Ativa do Estado, CRMC, Regularidade FGTS,

Regularidade de Precatórios, Débitos Trabalhistas) e disponibilizando as mesmas no site da Secretaria de Finanças.

- (d) Quanto à regularidade fiscal junto à Receita Federal, o Controle Interno acompanhou o relatório “Consulta Pendências – Situação Fiscal” disponibilizado pela Receita Federal, e em caso de constatação de pendências, o Controle Interno realizou a identificação do Departamento responsável, solicitando a regularização.
- (e) Quanto ao acompanhamento do Relatório de Alertas do TCESP, os apontamentos realizados pelo Tribunal foram apresentados nos relatórios mensais de Conformidade e nos relatórios quadrimestrais de Controle Interno.

3.2 Atividades de Apoio

As atividades de apoio consistiram nas demais atividades necessárias para consecução dos objetivos gerais de controle interno, a saber:

OBJETIVO GERAL N° 09: Realizar demais atividades de apoio necessárias para a consecução dos objetivos de controle interno;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Acompanhamento das fiscalizações realizadas pelo Controle Externo por meio de **requisições e/ou visitas *in loco***.
2. Estudo e Normatização de Procedimentos conforme demanda
3. Assessorar a Administração Municipal mediante a realização de orientações, bem como a emissão de pareceres, relatórios e recomendações, quando identificadas irregularidades ou ineficiências;
4. Participar de cursos, eventos e capacitações técnicas relacionados ao tema de Controle Interno conforme disponibilidade.

Atividades Realizadas:

a) Acompanhamento das Fiscalizações realizadas pelo Controle Externo por meio de requisições e/ou visitas *in loco*.

A Coordenadoria de Controle Interno acompanhou as fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas, em especial aquelas conduzidas pela Equipe de Fiscalização das Contas, buscando auxiliar na coleta junto às Secretarias, dos documentos solicitados por meio de Requisições – bem como acompanhar as visitas técnicas *in loco* realizadas pela equipe de fiscalização, com a finalidade de compreender os principais aspectos avaliados pelo TCESP, e posteriormente proceder com orientações às equipes municipais quanto à adoção de medidas corretivas e de aprimoramento dos processos administrativos. A tabela a seguir, apresenta as requisições atendidas pela Coordenadoria de Controle Interno em 2025:

Processos Sem Papel - Requisições TCESP – 2025

Item	Processo Sem Papel	Secretaria	Nº Requisição	Processo TC	Assunto/ Dados Licitação
1	PMP 2025/003203	ADMGOV	02/2025 - HV	022899.989.24-8	Requisição de Documentos do TCESP nº 02/2025 - HV - para instrução processual do 3º Termo Aditivo firmado entre a Prefeitura de Piracicaba e a empresa WWS Services Prestadora de Serviços Ltda., contrato 0847/2023.
2	PMP 2025/003390	SEMAC	01/2025 - JB	24427.989.24-9	Requisição de Documentos do TCESP nº 01/2025 - JB - para instrução processual do contrato firmado entre a Prefeitura de Piracicaba e a empresa ASA Empreendimentos Culturais Ltda., Pregão Eletrônico nº 503/2024 (NOVA VERSÃO).
3	PMP 2025/003851	EDUCAÇÃO	01/2025 - DRS	22931.989.24-8	Requisição de Documentos do TCESP nº 01/2025 - DRS - para instrução processual do contrato firmado entre a Prefeitura de Piracicaba e a empresa C A B - Material e Suprimentos EIRELI., Pregão Eletrônico nº 220/2022 - Contrato nº 647/2023
4	PMP 2025/006605	EDUCAÇÃO	02/2025 - DRS	22927.989.24-4	Requisição de Documentos do TCESP nº 02/2025 - DRS - para instrução processual do contrato firmado entre a Prefeitura de Piracicaba e a empresa Matec Av. Importação, Exportação., Pregão Eletrônico nº 565/2021 - Contrato nº 16/2022
5	PMP 2025/013025	SEGTRANS	01/2025 - FCB	22420.989.24-6	Requisição de Documentos do TCESP nº 01/2025 - FCB - para instrução processual do contrato firmado entre a Prefeitura de Piracicaba e a empresa Tupi Transportes- Contrato nº 1733/2023
			02/2025 - FCB		Requisição de Documentos do TCESP nº 02/2025 - FCB - para instrução processual do contrato firmado entre a Prefeitura de Piracicaba e a empresa Tupi Transportes- Contrato nº 1733/2023 (Complementação)
6	PMP 2025/013104	CONTROLE INTERNO	01/2025 - AGM	-	Requisição de Documentos do TCESP nº 01/2025 - AGM para encaminhamento do Calendário de Feriados Municipais de 2025.
7	PMP 2025/030585	OBRAS / SEGTRANS	03/2025 - FCB	001586.989.25-3	Requisição de Documentos do TCESP nº 03/2025 - FCB - para instrução processual do contrato firmado entre a Prefeitura de Piracicaba e a empresa DNP – Terraplanagem e Pavimentação Foresto Ltda. – CNPJ nº 57.623.761/0001-17 - Contrato nº 1970/2023
8			04/2025 - FCB		
9			05/2025 - FCB		
10	PMP 2025/032704	ADMGOV	01/2025 - REA	-	Requisição de Documentos do TCESP nº 01/2025 - REA - para instrução processual de Admissão de Pessoal no exercício de 2024
11	PMP 2025/034216	SEGTRANS	07/2025 - MD	018353.989.24-7	Requisição de Documentos nº 07/2025 - MD Processo TC-018353.989.24-7 e nº 26/2025 - MD Processo TC 009015.989.25-4 que trata do Contrato nº1600/2023, firmando com o Consórcio SA3 - SEMUTTRAN
12			26/2025 - MD	009015.989.25-4	
12	PMP 2025/037689	SEMAC/ SELAM	Solicitação via email		Levantamento de informações sobre Bibliotecas, Teatros e Ginásios Esportivos municipais
13	PMP 2025/035148	Várias	01/2025 - JVM	06703.989.24-4	Requisição de Documentos do TCESP nº 01/2025 - JVM - para o primeiro quadrimestre de 2025

14	PMP 2025/071308	OBRAS/ SEGTRANS	14/2025 - MJR	001586.989.25-3	Requisição de Documentos do TCESP nº 14/2025 - MJR - referente à execução contratual do Termo Aditivo do Contrato nº 1970/2023- Processo nº 44320/2023; Concorrência nº 09/2023). CONTRATADA: DNP –TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA FORESTO LTDA
15	PMP 2025/072439/ PMP 2025/072713	Várias	02/2025 - JVM	006703.989.24-4	Requisição de Documentos nº 02/2025- com a finalidade de instruir os autos do TC-006703.989.24-4, que trata das contas anuais e quadrimestrais do exercício de 2025 da Prefeitura Municipal de Piracicaba.
16	PMP 2025/075940	SEGTRANS	12/2025 - FCB	006504.989.25-2	Requisição de Documentos do TCESP nº 01/2025 - FCB - para instrução processual do contrato firmado entre a Prefeitura de Piracicaba e a empresa Tupi Transportes- Contrato nº 1733/2023
17	PMP 2025/079270	SEGTRANS/ OBRAS	27/2025 - MD	009021.989.25-6	Requisição de Documentos nº 27/2025 - MD Processo TC-009021.989.25-6 que trata do Segundo Termo Aditivo do Contrato nº 1600/2023, firmando com o Consórcio SA3 - SEMUTTRAN
18	PMP 2025/083472	ADMGOV	-	-	Solicitação de informações de servidor da Secretaria Municipal de Saúde
19	PMP 2025/083284	SAÚDE	-	023652.989.23-7	Gerenciamento, operacionalização e execução de serviços assistenciais de saúde e serviços de apoio administrativo e técnicos de saúde; e demais ações de saúde e atendimentos, que assegure assistência universal e gratuita à população, em regime de 24 horas/dia, nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) Frei Sigrist (Vila Cristina) e Nestor Longatto (Vila Sônia - Contrato de Gestão com Hospital Mahatma Gandhi - 722/2023
20	PMP 2025/083645	SAÚDE	14/2025 - DRS	-	Consortio Intermunicipal de Saúde da Região Metropolitana de Piracicaba – CISMETRO Limeira
21	PMP 2025/086892	OBRAS/ GABINETE	10/2025 - RP	007970.989.25-7	Requisição de Documentos nº 10/2025 - RP - que trata da Concorrência nº 15/2022 e o Contrato nº 0991/2023, firmado entre a Prefeitura Municipal de Piracicaba e a Ecoterra Serviços de Limpeza Ltda. visando à execução de “serviços de manutenção, limpeza, jardinagem e conservação de áreas verdes urbanas, parques, pragas, centros de lazer, próprios públicos, verde viário e campos de futebol - com remoção e capinação manual de vias e logradouros públicos, no Município de Piracicaba, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e ferramentas”
22	PMP 2025/086971	OBRAS/ GABINETE	16/2025 - PA	-	Requisição de Documentos do Tribunal de Contas - ASSUNTO: Contrato nº 1254/2022 - Estrela Engenharia e Construções Ltda. - Pregão Presencial nº 09/2022 - Objeto: Prestação de serviços de manutenção de serviços civis, elétricos e hidráulicos nas unidades ligadas a Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de mão de obra e materiais
23	PMP 2025/089407	OBRAS / SEGTRANS	32/2025 - MD	018353.989.24-7	Requisição de Documentos nº MD 32/2025 - ASSUNTO: Contrato nº 1600 de 04/10/2023 - Contratada: Consórcio SA3 - Objeto: Obras de pavimentação, sendo pavimento em concreto em trechos de vias do município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme especificações.
24	PMP 2025/091549	SAÚDE	-	-	Solicitação de informações referente ao Pregão Eletrônico nº 453/2024
25	PMP 2025/100779	CONTROLE INTERNO	20/2025 - DRS	004505.989.24-4	Requisição nº 20/2025 - DRS que trata da Certidão do Responsável Máximo pela PMP no exercício de 2024
26	PMP 2025/104792	ADMGOV/ DRH	-	-	Solicitação de cópia da Ficha Financeira do Prefeito Municipal relativa ao exercício de 2024

27	PMP 2025/106602	Várias	21/2025 - DRS	004505.989.24-4	Requisição nº 21/2025 - DRS que trata das contas anuais do exercício de 2024 da Prefeitura Municipal de Piracicaba
28	PMP 2025/111394	Várias	29/2025 - HV	004505.989.24-4	Requisição de Documentos nº 29/2025 - HV que trata das contas anuais do exercício de 2024 da Prefeitura Municipal de Piracicaba (Assuntos: Contábil/Finanças/Orçamento; Precatórios/Requisitórios de Baixa Monta/Depósitos Judiciais; Dívida Ativa; Despesa com Pessoal (CISMETRO)
			32/2025	004505.989.24-4	Requisição de Documentos nº 32/2025 - HV que trata das contas anuais do exercício de 2024 da Prefeitura Municipal de Piracicaba (Assuntos: Contábil/Finanças/Orçamento; Precatórios/Requisitórios de Baixa Monta/Depósitos Judiciais; Dívida Ativa; Despesa com Pessoal (CISMETRO)
		ADMGOV/DRH	e-mail	004505.989.24-4	Solicitações Adicionais a respeito da Previdência Complementar
29	PMP 2025/111399	Várias	0001/2025 - FC	004505.989.24-4	Requisição de Documentos nº 01/2025 - FCB que trata das contas anuais do exercício de 2024 da Prefeitura Municipal de Piracicaba (Assuntos: Ensino, Saúde e Diversos)
30	PMP 2025/111439	OBRAS / Procuradoria	39/2025 - MD	1825/713/12	Requisição de Documentos nº MD 39/2025 - que trata do acompanhamento do contrato de PPP assinado em 01/08/2012 com a empresa Piracicaba Ambiental S.A. no exercício de 2024
31	PMP 2025/118277	ADMGOV/DRH	02/2025 - REA	-	Admissões de Pessoal ocorridas no Exercício de 2024
32	PMP 2025/119568	OBRAS/PGM	28/2025 - MJR	007970.989.25-7	Inclusão dos documentos relativos ao Termos Aditivos do Contrato nº 991/2023 - ECOTERRA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA
33	PMP 2025/119803	SAÚDE/PGM	007/2025 - EECF	015391.989.25-8	TC-015391.989.25-8: Prestação de Contas de 2024, referente ao Contrato de Gestão nº 0722 , de 17/05/2023, firmado com o Hospital Mahatma Gandhi
34	PMP 2025/120677	ADMGOV	27/2025 - DRS	-	Validação dos quesitos do IEG-Prev –2024
35	PMP 2025/121154	PGM / Dívida Ativa	31/2025 - HV	004505.989.24-4	Requisição de Documentos nº 31/2025 - HV que trata das contas anuais do exercício de 2024 da Prefeitura Municipal de Piracicaba (Assuntos: Dívida Ativa - Cancelamentos)
36	PMP 2025/126197	ADMGOV/DRH	28/2025 - DRS	004505.989.24-4	Requisição nº 21/2025 - DRS que trata das contas anuais do exercício de 2024 da Prefeitura Municipal de Piracicaba - Assunto: Recursos Humanos
37	PMP 2025/130499	OBRAS / SEGTRANS	46/2025 - MD	018353.989.24-7	Requisição de Documentos nº 46/2025 – MD - Processo TC-018353.989.24-7 que trata do Contrato nº 1600/2023, firmando com o Consórcio SA3
38	PMP 2025/131185	Várias	29/2025 - DRS	006703.989.24-4	Requisição de Documentos nº 29/2025 - DRS, que trata das contas anuais do exercício de 2025 - 2º Quadrimestre/2025
39	PMP 2025/138638	ADMGOV	17/2025 - AFSJ	019503.989.23-8	Requisição de Documentos do TCESP (TC-019503.989.23-8) - Assunto: Requisição de acompanhamento de execução do contrato nº 0847/2023, firmado entre a Prefeitura Municipal e a empresa WWS SERVICES PRESTADORA DE SERVICOS LTDA,
40			20/2025 - AFSJ		
41			23/2025 - AFSJ		
42	PMP 2025/139468	Várias	sem número	-	Validação dos quesitos do IEG-M 2024

43	PMP 2025/145612	ADMGOV	33/2025 - MJR	019070.989.23-1	Requisição de dois Termos Aditivos ref. ao Contrato nº 847/2023 (Processo Administrativo nº 24.883/2021; Pregão Eletrônico nº 210/2021). CONTRATADA: WWS SERVICES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, zeladoria, portaria, copeiragem e jardinagem.
44	PMP 2025/149632	SEGTRANS	001/2025 - JVM	013272.989.25-2	Instrução Processual Contrato nº 1.330/2024 - referente ao Consórcio Monitora Pira (Video Monitoramento)
45	PMP 2025/149689	SEGTRANS	002/2025 - JVM	013364.989.25-1	Fiscalização da execução do Contrato nº 1.330/2024 - referente ao Consórcio Monitora Pira (Video Monitoramento)
46	PMP 2025/157963	Várias	32/2025 - DRS	004505.989.24-4	Requisição de Documentos nº 32/2025 - DRS, que trata das contas anuais do exercício de 2024
47	PMP 2025/163964	Educação	34/2025 - MJR	-	Instrução Processual - Processo nº 60.952/2025 - Contrato nº 450/2025 - Dispensa de Licitação. CONTRATADA: Viação Salire Ltda EPP. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, em caráter emergencial. Transporte de alunos da Educação Básica Pública
48	PMP 2025/170520	Saúde	Sem número	015391.989.25-8	Gerenciamento, operacionalização e execução de serviços assistenciais de saúde e serviços de apoio administrativo e técnicos de saúde; e demais ações de saúde e atendimentos, que assegure assistência universal e gratuita à população, em regime de 24 horas/dia, nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) Frei Sigrist (Vila Cristina) e Nestor Longatto (Vila Sônia) - Contrato de Gestão com Hospital Mahatma Gandhi - 722/2023
49	PMP 2025/172084	PGM / Dívida Ativa	33/2025	TC-652/010/12	Acompanhamento de Processo. ASSUNTO: Repasses Públicos ao Terceiro Setor - Grêmio Cultural, Recreativo e Social Escola de Samba Pérola Negra. - Exercício 2011. Valor: R\$ 33.200,00
50	PMP 2025/177142	Saúde	Sem número	022099.989.25-3	Solicitação de Documentos para Fiscalização TCESP - Convênio nº 100/2024 - Saúde - firmado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba Contas 2024 - TC-022099.989.25-3 (prestação de contas anual)

b) Elaborar instruções normativas

Em pese não haver Instrução Normativa emitida pelo Sistema de Controle Interno em 2025, a Coordenadoria realizou trabalhos no sentido de unificar entendimentos e buscar regulamentar os procedimentos das Secretarias, tais como:

- Participação em reuniões com as secretarias que executam ajustes com o Terceiro Setor, em conjunto com o Centro de Informática do município para auxiliar/orientar no desenvolvimento do sistema de Prestação de Contas voltado à AUDESP – Fase V.
- Participação em reuniões promovidas pela Secretaria de Administração e Governo para discutir a criação da Ouvidoria Municipal, a instituição do Conselho de Usuários e a regulamentação da Carta de Serviços, em conformidade com a Lei Federal nº 13.460/2017. Oportunidade na qual, foi reforçado a importância da criação de uma Controladoria Geral do Município, contemplando atribuições relacionadas à Transparência Pública.

c) Assessorar a Administração Municipal mediante a realização de orientações, bem como a emissão de pareceres, relatórios e recomendações, quando identificadas irregularidades ou ineficiências

A Coordenadoria de Controle Interno realizou diversas orientações e recomendações às Secretarias, seja por meio de reuniões para tratar de assuntos específicos, dúvidas pontuais sanadas por telefone/e-mail, entre outros. A seguir elencamos alguns desses assessoramentos:

- Processos de Licenciamento Ambiental e Intervenções em Áreas de Preservação Permanente: Em continuidade ao trabalho iniciado junto a equipe de Licenciamento Ambiental, houve o acompanhamento do checklist de procedimentos elaborado no exercício anterior e o acompanhamento da integralidade de processos dessa natureza no município, elaborando recomendações de procedimentos quando o caso;

Licenciamento Ambiental:

Data	Processo nº	Requerente	Grau de Risco	CNAE:	Tipo	Concedida?
14/02/2025	PMP 2024/063253	FAMOP FABRICA DE MAQUINAS OPERATRIZES LTDA	Baixo	2840-2/00 3321-0/00 6810-2/01 6810-2/02 7739-0/99	Renovação	Sim

24/02/2025	PMP 2024/097089	FAMOP FABRICA DE MAQUINAS OPERATRIZES LTDA	Baixo	2840-2/00 3321-0/00 6810-2/01 6810-2/02 7739-0/99	Prévia	Sim
26/02/2025	PMP 2023/528448	USIMEFER - USINAGEM DE METAIS E FERRAMENTARIA LTDA	Baixo	2532-2/01 2829-1/99 2539-0/01	Renovação	Sim
17/04/2025	PMP 2023/529221	C.R .DE SOUZA GRAMA LTDA	Baixo	4330405 4689399 4789099 4759899 4299501	Prévia	Não*
17/04/2025	PMP 2024/024668	HIDRAUBERTO EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA ME	Baixo	2812-7/00 2833-0/00 3314-7/12 4789-0/99	Prévia	Sim
10/09/2025	PMP 2024/079729	LUVATEX CONFECCOES DE LUVAS LTDA	Baixo	1529-7/00	Prévia	Sim

*A licença não concedida refere-se a uma empresa que não era indústria, portanto não precisava desse tipo de licença. No mais, houveram apontamentos a respeito da morosidade da interessada em atender as providências e retardar sobremaneira a emissão da renovação.

Intervenção em APP:

Data	Processo nº	Requerente	CPF/CNPJ	TCRA	Área ha. TCRA	Qtde Mudas	Prazo	Vistoria Data
28/08/2025	PMP 2024/073744	MRV Prime LXIV Incorporações LTDA	**.****-26	2024 - 047318	0,026322	45	36 meses	18/02/2025; 18/08/2025; 02/03/2026

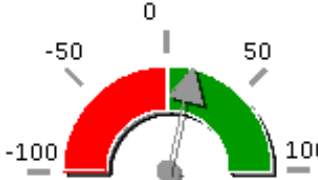
- Plano de Contratações Anual: acompanhamento do grupo de trabalho criado para implementar e estruturar o PCA no município de Piracicaba;
- Auxílio à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social em dúvidas relacionadas à Prestação de Contas.

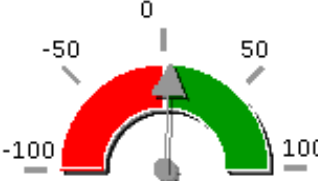
d) Participar de cursos, eventos e capacitações técnicas relacionados ao tema de Controle Interno.

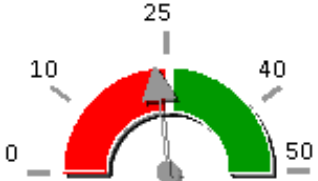
A seguir apresentamos a relação dos cursos, eventos e capacitações realizados pela equipe de Coordenadoria do Controle Interno em 2025:

Data	Curso/ Capacitação	Participantes
21/01/2025	Live "Orientação sobre os cuidados de início de mandato: O que precisa ser feito" - transmitida no canal da Escola Paulista de Contas Públicas no YouTube, com carga horária de 2h.	Candida, Mariana e Thainy
09/05/2025	29º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais – 2025 realizado pelo TCESP em Santa Gertrudes/SP	Candida, Mariana e Thainy
11/07/2025	Palestra "Sistema AUDESP Fase V: Módulo de Prestação de Contas", transmitida no canal da Escola Paulista de Contas Públicas no YouTube, com carga horária de 2h.	Mariana
18/08/2025	Live "Complementações ao FUNDEB – orientações gerais para municípios de VAAR e VAAT", transmitida pelo canal da Escola Paulista de Contas Públicas no YouTube, com carga horária de 1h30.	Mariana
10/12/2025	Encontro Técnico de Controle Interno, realizado pela Controladoria Geral do Estado - carga horária de 3 horas	Candida e Mariana

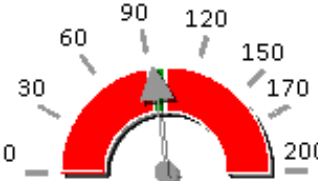
4. Resumo dos principais indicadores

Resultado Orçamentário	Valores Expressos em R\$	%	Despesa liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 2.812.216.094,66		
Despesa Empenhada	R\$ 2.489.501.742,48		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 322.714.352,18	% 11,48	
Despesa Liquidada	R\$ 2.363.356.268,61		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 448.859.826,05	% 15,96	
Despesa Paga	R\$ 2.348.883.947,87		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 463.332.146,79	% 16,48	

Resultado Financeiro	Valores Expressos em R\$	%	Resultado Financeiro
Ativo Circulante Financeiro	R\$ 726.239.092,37		
Passivo Circulante Financeiro	R\$ 186.353.888,48		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 539.885.203,89	% 3,90	

Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino	Valores Expressos em R\$	%	Rec. Próprios em Ensino Despesa Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 1.977.310.185,48		
Despesa Empenhada	R\$ 473.456.465,56	% 23,94	
Despesa Liquidada	R\$ 458.642.000,28	% 23,20	
Despesa Paga	R\$ 453.640.038,96	% 22,94	

*metodologia AUDESP. A demonstração do cálculo pelos sistemas internos da Prefeitura, aponta que o percentual aplicado foi de **25,29%**, pela ótica das despesas empenhadas e **25,10% nas despesas liquidadas e pagas**.

Aplicação dos Recursos do FUNDEB	Valores Expressos em R\$	%	Aplicação Fundeb Mínima 90% Despesa Liquidada
Receitas do FUNDEB	R\$ 291.486.105,56		
Receitas do FUNDEB (EXCETO VAAR)	R\$ 290.263.300,98		
Despesa Empenhada (100%)	R\$ 272.465.801,07	93,47%	
Despesa Liquidada (100%)	R\$ 270.579.810,77	92,83%	
Despesa Paga (100%)	R\$ 270.579.810,77	92,83%	

Despesa Empenhada Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 261.904.584,28	90,23%	Profissionais da Educação 70% Despesa Liquidada
Despesa Liquidada Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 261.904.584,28	90,23%	
Despesa Paga Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 261.904.584,28	90,23%	
Despesa Empenhada Outras e VAAR (30%)	R\$ 10.561.216,79	3,62%	
Despesa Liquidada Outras e VAAR (30%)	R\$ 8.675.226,49	2,98%	
Despesa Paga Outras e VAAR (30%)	R\$ 8.675.226,49	2,98%	

Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde	Valores Expressos em R\$	%	Rec. Próprios em Saúde Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 1.960.052.227,68		
Despesa Empenhada	R\$ 422.880.455,22	% 21,57	
Despesa Liquidada	R\$ 413.716.054,41	% 21,11	
Despesa Paga	R\$ 410.957.550,15	% 20,97	

Despesas Totais com Pessoal	Valores Expressos em R\$	%	Despesa Liquidada
Receita Corrente Líquida	R\$ 3.117.677.454,88		
Montante	R\$ 1.206.928.466,54	% 38,71	
Limite Máximo 54,00% (art. 20 LRF)	R\$ 1.683.545.825,64	% 54,00	
Limite Prudencial 95% do limite de 54,00% (par. único art 22 LRF)	R\$ 1.599.368.534,35	% 51,30	

Dívida Consolidada Líquida	Valores Expressos em R\$	%	Saldo Devedor
Receita Corrente Líquida	R\$ 3.128.740.638,88		
Saldo Devedor	R\$ -633.075.437,76	% -20,23	
Limite Legal (art. 3º e 4º Res. 40 Senado)	R\$ 3.754.488.766,66	% 120,00	

5. Resumo dos Principais Pontos de Atenção e Recomendações

Findada as análises realizadas pelo Sistema de Controle Interno - SCI, elencamos os pontos a seguir, que a nosso ver carecem de apreciação e providências:

Seção I

ANÁLISE E CONFORMIDADE

1.2.1 Receita de Dívida Ativa:

Em que pese o valor dos recebimentos tenha aumentado ao longo do exercício de 2025, e o percentual de recebimento tenha evoluído de 1,79% para 1,99% do estoque inicial da dívida, cabe ressaltar para fins de parâmetro, que o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) considera como ótimo um nível de recebimento em relação ao estoque inicial maior ou igual a 10%, caso no qual o município receberia nota máxima.

1.5 Restos a Pagar:

É importante ressaltar que conforme orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, a inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.8 Aplicação de Recursos em Ensino:

Nos relatórios de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino parametrizados com a metodologia AUDESP, o município não atingiu o mínimo constitucional, reforçados pelos alertas AE03 dos Relatórios Mensais do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) referente aos meses 09,10, 11 e 12/2025 (abordados no tópico 2.11 desse relatório).

No entanto, na apuração da Prefeitura Municipal, considerando valores glosados pelo AUDESP, o percentual de aplicação no Ensino foi de **25,41%** pela ótica das Despesas Empenhadas e **25,23%** pela ótica das Despesas Liquidadas e Pagas. O detalhamento das glosas realizadas pela AUDESP está em Anexo a este relatório, e poderá ser avaliado pelo TCESP no momento de fiscalização das Contas de 2025.

2.10 Acompanhamento da Regularidade Fiscal e Cumprimento das Obrigações do Sistema AUDESP

É importante que todos os departamentos e secretarias responsáveis pelo envio de quaisquer documentações à AUDESP estejam atentos aos prazos estabelecidos, em atendimento à Instrução Normativa 01/2024 do TCESP, tendo em vista que sucessivos atrasos podem acarretar multas ao Chefe do Executivo, além de sanções ao Município, apontamentos no relatório de contas anuais e impacto na nota do IEG-M. Desse modo é imprescindível que a entrega das obrigações nos sistemas Siconfi, SIOPE e SIOPS ocorra sempre dentro do prazo correto.

Seção II

ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

OBJETIVO ESPECÍFICO Nº 12 – Análise das Emendas Parlamentares Individuais - Transferências Especiais

Dada as características das Emendas Parlamentares Individuais – Transferências Especiais quanto a flexibilidade no recebimento dos recursos, há a necessidade de um maior controle pelo município para garantir a correta destinação e aplicação dos recursos. Nesse sentido, recomendamos o aprimoramento da disponibilização das informações a respeito das Emendas Parlamentares no Portal da Transparência, tendo em vista também atender a Resolução nº 17/2025 do TCESP e demais legislações pertinentes.

OBJETIVO ESPECÍFICO Nº 27: Coordenar e auxiliar na resposta do questionário do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M);

O IEG-M pode ser utilizado como um importante instrumento norteador para a gestão municipal, pois resulta em um diagnóstico do município, identificando os tópicos possíveis de melhoria e assim, o traçado de objetivos e estratégias de atuação. Nesse sentido, **recomendamos a criação de um Grupo de Trabalho com nomeação formal, a ser composto por uma equipe multidisciplinar formada por representantes de todas as secretarias.** Essa estratégia visa a resolubilidade de diversos problemas enfrentados pelo Município, a melhoria na qualidade dos serviços ofertados, promovendo desse modo resultados benéficos ao Município, e consequentemente solução de apontamentos pelos órgãos de controle externo.

Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno, em consonância com a legislação, apresenta este Relatório de Controle Interno com o acompanhamento da Gestão Fiscal, cumprindo a atribuição de proporcionar a situação orçamentário-financeira do exercício de 2025.

Neste relatório foi apresentada a Análise e Conformidade do município, na qual consta o acompanhamento do cumprimento das exigibilidades emanadas pela Lei Fiscal e Constitucional, e monitoramento concernente à transparência e ao acompanhamento da execução do orçamento. Ainda, as atividades realizadas pelo Sistema de Controle Interno durante no ano de 2025, em atendimento ao Plano Operativo Anual de Controle Interno (POACI) estabelecido para o exercício.

Vale ressaltar que a Coordenadoria de Controle Interno se empenhou em cumprir suas atribuições, estabelecendo rotinas e procedimentos de trabalho que pudessem gerar mais eficiência e efetividade ao município, realizando orientações às Secretarias e participando de palestras, cursos e capacitações para melhoria contínua da equipe.

Por fim, submetemos este Relatório de Controle Interno ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal para ciência e deliberações que entender necessárias. Posteriormente, o presente relatório deve ficar à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Piracicaba, 11 de agosto de 2026.

Mariana Aparecida Baptistini

Equipe de Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

Patrick Ribeiro de Jesus

Candida Fernanda Sampaio Mattos
Coordenadora do Sistema de Controle Interno

De acordo,

Karla Lovato Pelizzaro
Secretária Municipal de Finanças

Ciente,

Hélio Donizete Zanatta
Prefeito do Município

Realização:
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
COORDENADORIA
Secretaria Municipal de Finanças

Agosto/2026

ANEXO

Demonstrativo das Despesas Aplicadas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino(MDE) no exercício de 2025

1. Introdução da Análise

Esta análise tem como objetivo demonstrar as diferenças entre a apuração do uso das despesas mínimas obrigatórios da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) pela AUDESP com a apuração da Prefeitura Municipal de Piracicaba.

Nota-se que a apuração da AUDESP possui várias glosas que não deveriam ser consideradas, pois se encaixam nas despesas aplicadas ao ensino básico.

Além do mais, não foram apurados os restos a pagar de fevereiro até dezembro de 2025 e até janeiro de 2026. O que prejudica mais ainda o percentual final avaliado.

Segue na Tabela 1 adiante, os valores das despesas apuradas pela AUDESP, considerando que as despesas de aplicações financeiras (R\$ 6.337.840,49) já estão deduzidas da contabilização. Ou seja, já são valores líquidos que entram na computação final da avaliação.

**Tabela 1: Demonstrativo de Aplicação de Recursos MDE 2025
Apuração AUDESP**

Receita MDE 2025	1.977.310.185,48	25% da Receita	494.327.546,37
-------------------------	-------------------------	-----------------------	-----------------------

Aplicação	Despesas Empenhadas	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Educação Infantil	151.108.443,37	142.640.784,47	138.965.554,76
Educação Fundamental	97.734.602,96	91.952.193,24	90.061.064,97
Retenções ao FUNDEB	224.613.419,23	224.613.419,23	224.613.419,23
Total	473.456.465,56	459.206.396,94	453.640.038,96
(%) em relação à Receita	23,94%	23,22%	22,94%
Faltando Aplicar	20.871.080,81	35.121.149,43	40.687.507,41

Quando desconsideramos todas as glosas realizadas pela AUDESP e consideramos as despesas liquidadas e pagas nos restos a pagar de Fevereiro de 2025 até Janeiro de 2026, temos que a apuração do MDE se encontra da seguinte maneira:

Tabela 2: Demonstrativo de Aplicação de Recursos MDE 2025
Apuração Prefeitura Municipal de Piracicaba

Receita MDE 2025	1.977.310.185,48	25% da Receita	494.327.546,37
Aplicação	Despesas Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Educação Infantil	167.412.300,58	157.669.121,88	153.993.892,17
Educação Fundamental	110.495.361,34	102.318.085,61	100.426.957,34
Retenções ao FUNDEB	224.613.419,23	224.613.419,23	224.613.419,23
Total	502.521.081,15	484.600.626,72	479.034.268,74
(%) em relação a Receita	25,41%	24,51%	24,23%
Faltando Aplicar		9.726.919,65	15.293.277,63
Considerando RPNP	Despesas Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
RPNP 2025 (Fev-Dez)	-	755.478,71	752.827,90
RPNP 2026 (Jan)	-	13.546.277,09	13.424.770,77
RPP 2026 (Jan)			5.566.357,98
Total com RPNP	502.521.081,15	498.902.382,52	498.778.225,39
(%) em relação a Receita	25,41%	25,23%	25,23%
Faltando Aplicar			

2. Avaliação das Glosas pela AUDESP na computação das despesas do MDE de 2025 da Prefeitura Municipal de Piracicaba

A seguir, serão expostas todas as glosas que prejudicam os valores de despesas computados para as despesas do MDE 2025 da Prefeitura Municipal de Piracicaba.

Conforme Tabela 3, 4 e 5 logo abaixo, todas as glosas feitas pela AUDESP estão na função 12 – Educação, nas sub-funções 122 – Administração Geral, 361 – Ensino Fundamental, 365 – Ensino Infantil. Todas elas são válidas para a contabilização das despesas no MDE.

2.1 Avaliação das Glosas pela AUDESP: intra-orçamentário

Conforme demonstrado na Tabela 3, a glosa apontada decorre do fato de as despesas do MDE terem sido classificadas na natureza de despesa **3.3.91.39.44 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Intraorçamentária) – Serviços de Água e Esgoto**.

Todavia, entende-se que a análise realizada não pode se limitar à classificação contábil da despesa como **intraorçamentária**, sob pena de privilegiar a forma em detrimento da essência do gasto público.

No presente caso, a despesa possui finalidade específica e inequívoca: o pagamento pelos serviços de **fornecimento de água tratada e coleta de esgoto**, indispensáveis ao funcionamento das unidades escolares e à manutenção das condições de higiene, salubridade e segurança necessárias ao desenvolvimento das atividades educacionais.

O fato de tais serviços serem prestados por uma **autarquia municipal**, integrante da Administração Pública Indireta, faz com que, por imposição das normas de contabilidade aplicada ao setor público, a despesa seja registrada na modalidade **intraorçamentária**. Essa classificação, entretanto, decorre exclusivamente da natureza jurídica do prestador dos serviços e da forma de registro contábil exigida pela legislação, não alterando a natureza econômica nem a finalidade da despesa.

Sob o aspecto material, trata-se da contratação de serviços públicos essenciais, em situação equivalente às despesas com energia elétrica, telefonia, internet, limpeza ou outros serviços contínuos necessários ao funcionamento das unidades escolares. A única distinção reside no fato de que o fornecedor dos serviços é uma entidade integrante da própria Administração Pública Municipal, e não uma empresa privada.

Assim, a classificação intraorçamentária não constitui elemento suficiente para descaracterizar a legitimidade da despesa para fins de aplicação dos recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE. A avaliação deve considerar a efetiva finalidade do gasto, em observância ao princípio da prevalência da essência sobre a forma, amplamente adotado pelas normas de contabilidade pública, segundo o qual a substância econômica da operação deve prevalecer sobre sua forma de registro.

Dessa forma, a glosa fundamentada exclusivamente na classificação intraorçamentária da despesa merece ser revista, uma vez que os recursos foram efetivamente destinados ao pagamento de serviços públicos essenciais de fornecimento de água tratada e coleta de esgoto, diretamente relacionados à manutenção das condições de funcionamento das unidades escolares, atendendo à finalidade pública exigida para as despesas classificáveis como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Tabela 3: Glosa das despesas intra-orçamentárias de Serviços de Água e Esgoto

UG	EMPENHO	DESCRIÇÃO DO EMPENHO	NOME DO CREDOR	UO	PROGRAMA TRABALHO	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	NAT DESP	FONTE	EMPENHADO LIQUIDO	LIQUIDADO	PAGO
070100	2025NE00034	PAGAMENTO DO FORNECIMENTODE AGUA E ESGOTO - SME.	SEMAE-SERV.MUN.DE AGUA E ESGOTO	07011	12.365.0008.2292.0000	12	365	33913944	0101021000	6.100.000,00	5.234.150,50	5.234.150,50
070100	2025NE00035	PAGAMENTO DO FORNECIMENTODE AGUA E ESGOTO - SME.	SEMAE-SERV.MUN.DE AGUA E ESGOTO	07011	12.361.0008.2293.0000	12	361	33913944	0101022000	5.800.000,00	4.837.148,97	4.837.148,97
									Total	11.900.000,00	10.071.299,47	10.071.299,47

2.2 Avaliação das Glosas pela AUDESP: utilização do superávit financeiro

Importa esclarecer que a utilização da **Fonte de Recursos 91 – Tesouro – Exercícios Anteriores** decorreu exclusivamente de procedimento técnico de execução orçamentária e financeira, não representando alteração da origem dos recursos, mudança de sua vinculação legal ou utilização de recursos estranhos ao Tesouro Municipal.

Durante a execução orçamentária, parte das dotações destinadas às despesas correntes do MDE encontrava-se temporariamente comprometida por **reservas orçamentárias decorrentes de processos licitatórios**. Tais reservas são realizadas com base nos valores estimados das contratações, em observância ao princípio da prudência, sendo comum que os valores efetivamente contratados, após a conclusão do certame, sejam inferiores aos inicialmente reservados.

Enquanto essas reservas permanecem ativas, a dotação orçamentária correspondente fica temporariamente indisponível para novas emissões de empenho, embora a Administração disponha de disponibilidade financeira suficiente para suportar as despesas e o orçamento global da educação permaneça plenamente compatível com as necessidades da execução.

Nesse contexto, a Administração optou por utilizar o **saldo financeiro do exercício anterior**, identificado pela **Fonte de Recursos 91**, cuja origem permanece sendo a própria **Fonte 01 – Tesouro**, evitando a realização de sucessivas anulações e suplementações de dotações durante o exercício, procedimento que, embora legalmente possível, não se mostrava necessário nem representaria qualquer ganho para a gestão orçamentária.

Ressalte-se que essa opção administrativa não implicou abertura de novas dotações, ampliação artificial da capacidade de gasto ou utilização de recursos de origem diversa. Da mesma forma, não houve transposição, remanejamento ou transferência de recursos entre funções de governo, tampouco alteração da destinação constitucional dos recursos vinculados à educação.

Cumprе destacar que a **Lei nº 4.320/1964**, em seu **art. 43, § 1º, inciso I**, autoriza expressamente a utilização do superávit financeiro como fonte para abertura de créditos adicionais, reconhecendo que o saldo financeiro apurado ao final do exercício integra legitimamente o financiamento da despesa pública. Da mesma forma, o **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)** e as orientações do **AUDESP** atribuem à identificação da fonte de recursos a função de evidenciar a origem e o controle da execução financeira, sem alterar a natureza da despesa ou a vinculação jurídica dos recursos.

No presente caso, o orçamento municipal já contemplava dotação suficiente para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, inclusive com previsão superior ao mínimo constitucional estabelecido pelo **art. 212 da Constituição Federal**. A utilização da Fonte 91 não teve como finalidade suprir insuficiência de recursos para a educação, elevar o índice constitucional de aplicação ou modificar a origem dos recursos, mas apenas identificar contabilmente que determinada parcela da execução financeira foi suportada por disponibilidade de caixa proveniente do exercício anterior, originária do próprio Tesouro Municipal.

Assim, a classificação da despesa na **Fonte de Recursos 91** não descaracteriza sua natureza nem afasta sua vinculação ao MDE. Trata-se de mera identificação contábil da origem da disponibilidade financeira utilizada na execução da despesa, permanecendo inalterados o vínculo constitucional dos recursos, sua destinação ao ensino e a efetiva aplicação em despesas legalmente enquadradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Dessa forma, considerando que a utilização da Fonte de Recursos 91 não modificou a origem dos recursos, não alterou sua vinculação constitucional, não acarretou desvio de finalidade e não produziu qualquer prejuízo ao controle das contas públicas, requer-se a reconsideração da glosa efetuada, reconhecendo-se que a classificação adotada constitui exclusivamente procedimento técnico-contábil de execução orçamentária, insuficiente para afastar o cômputo das respectivas despesas para fins de apuração da aplicação mínima constitucional em educação.

Tabela 4: Glosa das despesas com fonte de recursos do Superávit do Tesouro

UG	EMPENHO	DESCRIÇÃO DO EMPENHO	NOME DO CREDOR	UO	PROGRAMA TRABALHO	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	NAT DESP	FONTE	EMPENHADO LÍQUIDO	LIQUIDADO	PAGO
070100	2025NE02317	REF PAGTO FOLHA DE FÉRIAS DEZ/25.	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA	07011	12.365.0008.2299.0000	12	365	31901101	0191021000	1.980.737,43	1.980.737,43	1.980.737,43
070100	2025NE02377	FGTS REF FOLHA DEZ25.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	07011	12.361.0008.2300.0000	12	361	31901301	0191022000	564.396,66	564.396,66	0,00
									Total	2.545.134,09	2.545.134,09	1.980.737,43

2.3 Avaliação das Glosas pela AUDESP: sub-elemento de gêneros alimentícios

Conforme demonstrado na Tabela 5, a glosa decorre da classificação das despesas no subelemento **3.3.90.30.07 – Gêneros de Alimentação**, entretanto, a conclusão adotada decorre da análise isolada do subelemento da natureza da despesa, sem considerar a classificação funcional e a efetiva finalidade do gasto. O subelemento **3.3.90.30.07** identifica exclusivamente a natureza do material adquirido, ou seja, gêneros alimentícios, não sendo suficiente, por si só, para caracterizar que a despesa corresponda à alimentação escolar, no Município, as despesas destinadas à **alimentação escolar (merenda)** são executadas de forma específica na **Função 12 – Educação, Subfunção 306 – Alimentação e Nutrição**, evidenciando a correta segregação orçamentária dessa política pública.

Por sua vez, as despesas objeto da presente glosa, embora classificadas no mesmo subelemento **3.3.90.30.07**, foram regularmente empenhadas nas **Subfunções 122 – Administração Geral, 361 – Ensino Fundamental e 365 – Educação Infantil**, por se referirem à aquisição de **cestas básicas destinadas aos servidores da Secretaria Municipal de Educação**, benefício previsto na legislação municipal, não possuindo qualquer relação com a alimentação escolar fornecida aos alunos da rede municipal de ensino. Essa distinção demonstra que a Administração observou adequadamente a classificação funcional da despesa, reservando a **Subfunção 306** exclusivamente para as ações de alimentação escolar e utilizando as subfunções **122, 361 e 365** para despesas relacionadas à gestão administrativa e à manutenção das atividades educacionais.

Assim, a utilização do subelemento **3.3.90.30.07** não pode ser interpretada isoladamente como indicativo de despesa com merenda escolar, pois a correta identificação da finalidade do gasto decorre da análise conjunta da classificação funcional, da ação orçamentária, do processo administrativo e dos documentos que instruem a despesa.

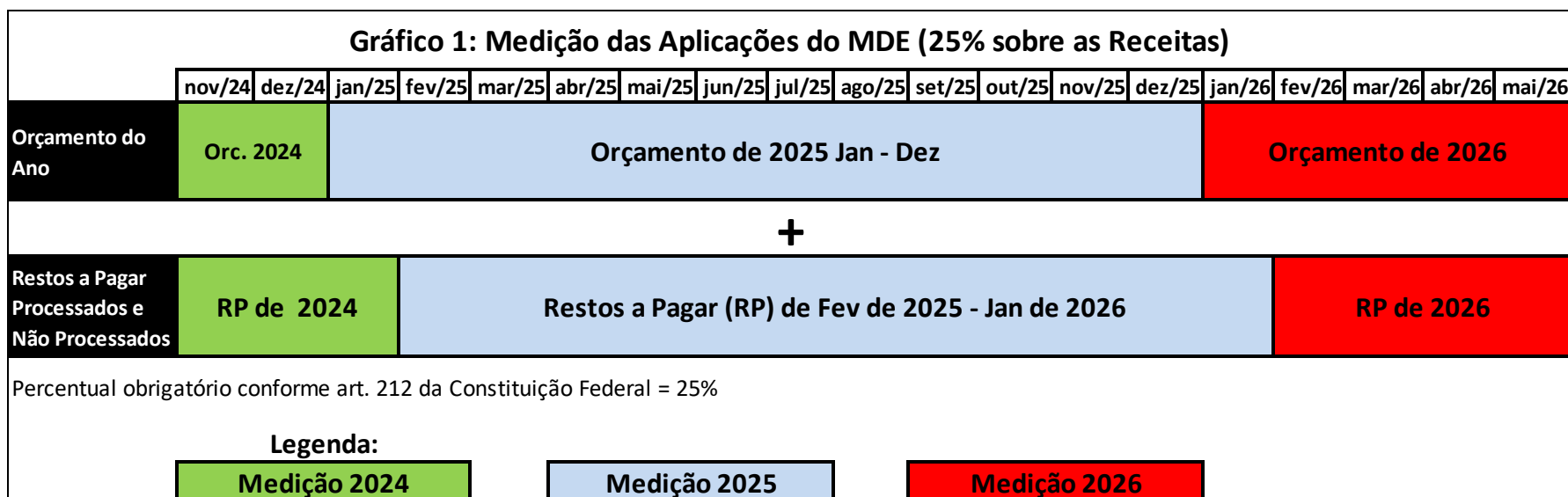
Dessa forma, resta evidenciado que o apontamento decorre de interpretação baseada exclusivamente na natureza da despesa, desconsiderando a classificação funcional adotada pelo Município e a efetiva destinação dos recursos. Não há confusão entre as despesas com alimentação escolar e aquelas referentes ao fornecimento de cestas básicas aos servidores da educação, razão pela qual requer-se a revisão da glosa efetuada.

**Tabela 5: Glosa das despesas com cesta básica que estão com sub-elemento da despesa
3.3.90.30.07**

UG	EMPENHO	DESCRIÇÃO DO EMPENHO	NOME DO CREDOR	UO	PROGRAMA TRABALHO	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	NAT DESP	FONTE / CA	EMPENHADO LÍQUIDO	LIQUIDADADO	PAGO
070100	2025NE00082	FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL.	CESTA BASICA BRASIL COM.ALIMENTOS LTDALLI	07011	12.361.0008.2300.0000	12	361	33903007	0101022000	2.258.228,16	2.258.228,16	2.258.228,16
070100	2025NE00084	FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL.	CESTA BASICA BRASIL COM.ALIMENTOS LTDALLI	07012	12.122.0006.2308.0000	12	122	33903007	0101021000	150.855,28	150.855,28	150.855,28
070100	2025NE00085	FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL.	CESTA BASICA BRASIL COM.ALIMENTOS LTDALLI	07012	12.122.0006.2308.0000	12	122	33903007	0101022000	136.474,36	136.474,36	136.474,36
070100	2025NE00086	FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL.	CESTA BASICA BRASIL COM.ALIMENTOS LTDALLI	07011	12.365.0008.2299.0000	12	365	33903007	0101021000	3.091.031,50	3.091.031,50	3.091.031,50
070100	2025NE01138	FORN.PARC.DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS, LIMPEZAE HIGIENE PESSOAL PARA OSSERVIDORES.	NUTRICESTA COM.DE ALIMENTOS LTDA	07011	12.361.0008.2300.0000	12	361	33903007	0101022000	3.907.493,20	3.041.294,73	3.041.294,73
070100	2025NE01140	FORN.PARC.DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS, LIMPEZAE HIGIENE PESSOAL,PARA OSSERVIDORES.	NUTRICESTA COM.DE ALIMENTOS LTDA	07012	12.122.0006.2308.0000	12	122	33903007	0101021000	265.140,00	262.784,24	262.784,24
070100	2025NE01141	FORN.PARC.DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS, LIMPEZAE HIGIENE PESSOAL,PARA OSSERVIDORES.	NUTRICESTA COM.DE ALIMENTOS LTDA	07012	12.122.0006.2308.0000	12	122	33903007	0101022000	94.166,00	92.746,15	92.746,15
070100	2025NE01153	FORN.PARC.DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS, LIMPEZAE HIGIENE PESSOAL,PARA OSSERVIDORES.	NUTRICESTA COM.DE ALIMENTOS LTDA	07011	12.365.0008.2299.0000	12	365	33903007	0101021000	4.716.093,00	4.308.778,46	4.308.778,46
									Total	14.619.481,50	13.342.192,88	13.342.192,88

3. Computação dos Restos a Pagar

Como já explicado em anos anteriores, os Restos a Pagar Processados (RPP) e Não Processados (RPNP) que foram efetivamente liquidados e pagos após a data de janeiro do ano avaliado, como não serão considerados pelo MDE do ano anterior, serão devidamente considerados no ano de avaliação do MDE. Esse mecanismo é explicado pelo Gráfico 1 abaixo:



3.1 Restos a Pagar Não Processados de Fevereiro até Dezembro de 2025

A apuração dos valores referentes aos **Restos a Pagar Não Processados – RPNP** deve observar o momento da efetiva liquidação e pagamento da despesa, evitando-se que uma mesma despesa seja considerada em duplicidade ou, ao contrário, que deixe de ser computada em nenhum exercício.

No encerramento do exercício de 2024, existiam despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados vinculadas ao MDE. Parte dessas despesas foi posteriormente liquidada e paga no exercício de 2025. Contudo, para fins de apuração do índice de aplicação em educação, deve ser observado que os valores efetivamente liquidados e pagos até **31 de janeiro de 2025** são consideradas na apuração da aplicação do exercício anterior, ou seja, do exercício de 2024, conforme sistemática de acompanhamento adotada pelo próprio TCE-SP.

Dessa forma, os valores constantes no saldo acumulado de Restos a Pagar Não Processados liquidados e pagos até janeiro/2025 que representam a parcela já reconhecida no cálculo do exercício anterior, não podendo ser novamente incorporados à apuração de 2025. Por outro lado, as despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados que tiveram sua liquidação e pagamento efetivamente realizados no período de **fevereiro a dezembro de 2025** representam uma nova etapa de execução financeira da despesa, não tendo sido consideradas na apuração do exercício anterior. Assim, para evitar que despesas regularmente vinculadas ao MDE deixem de ser computadas em qualquer exercício, a diferença entre o montante total liquidado/pago em 2025 e o valor já considerado até janeiro de 2025 deve ser incorporada à aplicação do exercício de 2025.

Esse procedimento não representa inclusão indevida de despesas, tampouco duplicidade de contabilização, mas apenas a correta apropriação temporal da despesa conforme sua efetiva execução financeira.

A metodologia adotada consiste, portanto, em comparar:

- o valor acumulado de Restos a Pagar Não Processados já liquidado e pago até **31/01/2025**, cujo montante foi considerado na apuração do exercício de 2024; e
- o valor total efetivamente liquidado e pago durante o exercício de **2025**, identificando-se a diferença correspondente às despesas executadas entre **fevereiro e dezembro de 2025**.

Essa diferença representa a parcela efetivamente realizada no exercício de 2025 e deve ser considerada na apuração da aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, uma vez que corresponde a despesas regularmente empenhadas, vinculadas à educação e cuja execução ocorreu no período avaliado.

Ressalta-se, ainda, que a adoção desse procedimento evita a necessidade de cancelamento de empenhos regularmente constituídos e posterior reempenho no exercício seguinte, medida que não refletiria a realidade da execução da despesa e poderia prejudicar a transparência e a fidedignidade dos registros contábeis.

Assim, os valores demonstrados na Tabela 6 correspondem exclusivamente à parcela dos Restos a Pagar Não Processados cuja liquidação e pagamento ocorreram no exercício de 2025, entre fevereiro e dezembro, não havendo sobreposição com valores já considerados na apuração do exercício anterior.

Tabela 6 – Restos a Pagar Não Processados de 2025 – valores liquidados e pagos

Há Glosas?	Código de Aplicação	LIQUIDADO no RPNP 2025			PAGO no RPNP 2025		
		Até Jan/2025	Até Dez/2025	Diferença	Até Jan/2025	Até Dez/2025	Diferença
SEM GLOSA	21000 - Infantil	5.163.560,88	5.375.381,81	211.820,93	5.163.560,88	5.375.381,81	211.820,93
	22000 - Fundamental	3.261.278,31	3.802.285,28	541.006,97	3.261.278,31	3.802.285,28	541.006,97
Total sem glosa	Total	8.424.839,19	9.177.667,09	752.827,90	8.424.839,19	9.177.667,09	752.827,90
Glosa INTRA OFSS	21000 - Infantil	46.354,74	46.354,74	-	46.354,74	46.354,74	-
	22000 - Fundamental	448.000,00	448.000,00	-	448.000,00	448.000,00	-
INTRA OFSS Total	Total	494.354,74	494.354,74	-	494.354,74	494.354,74	-
Glosa Superávit	21000 - Infantil	645.464,21	645.464,21	-	645.464,21	645.464,21	-
	22000 - Fundamental	58.699,59	61.350,40	2.650,81	58.699,59	61.350,40	2.650,81
SUPERAVID Total	Total	704.163,80	706.814,61	2.650,81	704.163,80	706.814,61	2.650,81
Total Geral		9.623.357,73	10.378.836,44	755.478,71	9.623.357,73	10.378.836,44	755.478,71

3.2 Restos a Pagar Não Processados até Janeiro de 2026

Considerando a Tabela 7 logo abaixo, em que se têm as despesas liquidadas e pagas somente até Janeiro de 2026 no RPNP de 2026. Lembrando-se que os mesmos mecanismos de glosa citado acima também podem ocorrer nos restos a pagar não processados.

Tabela 7 – Restos a Pagar Não Processados de 2026 (até Janeiro de 2026) – valores liquidados e pagos

Há Glosas	Código de Aplicação	LIQUIDADO Somente até Jan/2026	PAGO Somente até Jan/2026
SEM GLOSA	21000 - Infantil	7.213.140,47	7.123.303,89
	22000 - Fundamental	5.238.216,12	5.206.546,38
Total sem glosa	Total	12.451.356,59	12.329.850,27
Glosa INTRA OFSS	21000 - Infantil	569.358,66	569.358,66
	22000 - Fundamental	525.561,84	525.561,84
INTRA OFSS Total	Total	1.094.920,50	1.094.920,50
Total Geral		13.546.277,09	13.424.770,77

3.3 Restos a Pagar Processados Fevereiro até Dezembro de 2025

Não houve Restos a Pagar Processados de 2025 efetivamente pagos em restos a pagar em prazo superior ou igual a Fevereiro de 2025 no MDE.

3.4 Restos a Pagar Processados até Janeiro de 2026

Considerando a Tabela 6 logo abaixo, em que se compara o que foi liquidado e pago no RPNP de Janeiro de/2025 até Janeiro/2025 com o que foi pago de Janeiro/2025 até Dezembro/2025, subtraindo o período maior pelo menor, tem-se o valor efetivamente líquido de Fevereiro/2025 – Dezembro/2025.

Tabela 7 – Restos a Pagar Não Processados de 2026 (até Janeiro de 2026) – valores liquidados e pagos

Há Glosas ?	Código de Aplicação	PAGO Somente até Jan/2026
SEM GLOSA	21000 - Infantil	3.675.229,71
	22000 - Fundamental	1.326.731,61
Total sem glosa	Total	5.001.961,32
Glosa Superávit	21000 - Infantil	
	22000 - Fundamental	564.396,66
INTRA OFSS Total	Total	564.396,66
Total Geral		5.566.357,98

4. Conclusão e Apuração Final

Diante de todos os elementos apresentados, verifica-se que a diferença entre a apuração realizada pela AUDESP e a apuração elaborada pela Prefeitura Municipal de Piracicaba decorre exclusivamente de critérios de classificação e reconhecimento das despesas, não representando ausência de aplicação dos recursos mínimos constitucionais destinados à educação.

As despesas questionadas pela AUDESP possuem origem, finalidade e execução devidamente comprovadas, conforme demonstrado:

- as despesas **intraorçamentárias** correspondem a serviços públicos essenciais de fornecimento de água tratada e coleta de esgoto utilizados pelas unidades escolares, sendo a classificação intraorçamentária decorrente exclusivamente da natureza jurídica da autarquia prestadora do serviço, sem alteração da finalidade do gasto;
- as despesas classificadas na **Fonte de Recursos 91 – Tesouro – Exercícios Anteriores** representam utilização de disponibilidade financeira proveniente do próprio Tesouro Municipal, devidamente identificada para fins de controle contábil, sem criação de nova fonte de recurso, alteração de vínculo constitucional ou utilização indevida de recursos;
- as despesas classificadas no subelemento **3.3.90.30.07 – Gêneros de Alimentação** correspondem ao fornecimento de cestas básicas aos servidores da educação, não se confundindo com alimentação escolar, cuja execução encontra-se devidamente segregada na **Subfunção 306 – Alimentação e Nutrição**;
- os valores referentes aos **Restos a Pagar Processados e Não Processados**, posteriormente liquidados e pagos, representam despesas regularmente empenhadas e vinculadas ao MDE, cuja execução financeira ocorreu após o encerramento do exercício, devendo ser considerada para fins de demonstração da efetiva aplicação dos recursos.

A análise conjunta dessas situações demonstra que as exclusões realizadas na apuração automática não refletem a totalidade das despesas efetivamente aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino, uma vez que desconsideram despesas cuja finalidade está diretamente relacionada ao funcionamento da rede municipal de educação.

Assim, considerando:

- a efetiva destinação dos recursos às atividades educacionais;
- a regularidade da execução orçamentária e financeira das despesas;
- a manutenção da origem e vinculação dos recursos utilizados;
- a inexistência de desvio de finalidade ou prejuízo ao controle público;
- e a consideração dos valores efetivamente liquidados e pagos em restos a pagar;

Resta demonstrado que a aplicação municipal em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino supera o percentual mínimo constitucional previsto no **art. 212 da Constituição Federal**.

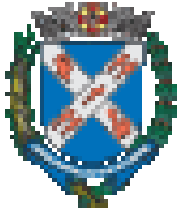
Dessa forma, requer-se que sejam consideradas as despesas apresentadas na presente análise, afastando-se as glosas decorrentes exclusivamente de critérios formais de classificação contábil, reconhecendo-se a regularidade da aplicação dos recursos destinados à educação no exercício de 2025.

Tabela 8 – Apuração Final comparada com a Apuração da AUDESP

Valores constantes nas apurações						
Receita MDE Total		1.977.310.185,48				
25% Mínimo		494.327.546,37				
Retenção das Receitas de Transferência (+)		224.613.419,23				
Rendimentos do C.A 21000 e 22000 (-)		6.337.840,49				
Apuração	Valor Empenhado (R\$)	*(%) MDE	Valor Liquidado (R\$)	*(%) MDE	Valor Pago (R\$)	*(%) MDE
Apuração AUDESP	248.843.046,33	23,94%	234.592.977,71	23,22%	229.026.619,73	22,94%
(+) Intra OFSS (2.1)	11.900.000,00		10.071.299,47		10.071.299,47	
(+) Superávit (2.2)	2.545.134,09		1.980.737,43		1.980.737,43	
(+) Sub-elemento 07 (2.3)	14.619.481,50		13.342.192,88		13.342.192,88	
Total sem Restos	277.907.661,92	25,41%	259.987.207,49	24,51%	254.420.849,51	24,23%
(+) RPNP 2025 (Fev-Dez) (3.1)			755.478,71		755.478,71	
(+) RPNP 2026 (Jan) (3.2)			13.546.277,09		13.424.770,77	
(+) RPP 2026 (Jan) (3.4)					5.566.357,98	
Apuração Final	277.907.661,92	25,41%	274.288.963,29	25,23%	274.167.456,97	25,23%

** Já considerando a Retenção das Receitas de Transferências no somatório para efeito do cálculo da porcentagem

Karla Lovato Pelizzaro
Secretaria de Finanças de Piracicaba



Assinaturas do documento



"Relatório Controle Interno - Exercício de 2025 "

Código para verificação:**Z81S0Y6H**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **HELIO DONIZETE ZANATTA** (CPF: ***.954.388-**) em 25/08/2026 às 17:02:54 (GMT-03:00)
Emitido por "SolarBPM", emitido em 16/07/2025 - 10:21:37 e válido até 16/07/2028 - 10:21:37.
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **KARLA LOVATO PELIZZARO** (CPF: ***.608.428-**) em 21/08/2026 às 10:09:07 (GMT-03:00)
Emitido por "SolarBPM", emitido em 22/05/2024 - 16:29:56 e válido até 22/05/2027 - 16:29:56.
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **CANDIDA FERNANDA SAMPAIO MATTOS** (CPF: ***.361.718-**) em 20/08/2026 às 16:22:52 (GMT-03:00)
Emitido por "SolarBPM", emitido em 28/07/2025 - 11:47:32 e válido até 28/07/2028 - 11:47:32.
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **PATRICK RIBEIRO DE JESUS** (CPF: ***.986.968-**) em 20/08/2026 às 15:32:55 (GMT-03:00)
Emitido por "SolarBPM", emitido em 16/07/2025 - 07:35:57 e válido até 16/07/2028 - 07:35:57.
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **MARIANA APARECIDA BAPTISTINI** (CPF: ***.795.578-**) em 20/08/2026 às 15:20:50 (GMT-03:00)
Emitido por "SolarBPM", emitido em 26/08/2025 - 08:07:06 e válido até 26/08/2028 - 08:07:06.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **PMP 2025/087681**

e o código **Z81S0Y6H** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.